

DIRECTOR

Álvaro Afonso dos Santos

ADMINISTRADOR E EDITOR
ANTÓNIO PEDRO MURALHA



SEDE

RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º

Endereço Telegráfico

«MINERVA»

TEL. 2 4253

Propriedade da Empresa

PORTUGAL COLONIAL



PREÇO AVULSO

Metrópole..... 3\$00

Colónias..... 4\$00

(ASSINATURAS)

Metrópole (6 meses)... 18\$00

Colónias (6 meses)... 24\$00



COMPOSTO E IMPRESSO
OTTOSGRAFICA LIMITADA
Conde Barão, 50 — LISBOA

Visado pela Comissão de Censura



diniz
fragozo
931

FUNDADOR: HENRIQUE GALVÃO



SUMÁRIO

TERCEIRO ANIVERSÁRIO.....	<i>Henrique Galvão</i>
UMA CARTA MENSAL DE PORTUGAL PARA AS COLÓNIAS..	<i>Dr. Agostinho de Campos.</i> Professor, escritor e jornalista
TRÊS ANOS NO MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS.....	***
DR. FRANCISCO MACHADO	***
FOI RESTABELECIDO O SUB-SECRETARIADO DE ESTADO NO MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS — A POSSE DO NOVO SUB-SECRETÁRIO DE ESTADO	***
A "VIA LOBITO" E O TRÁFEGO DA REGIÃO POR ELA SER- VIDA.....	<i>Engenheiro Gonçalo Cabral</i>
ALMOCREVES DE DISLATES.....	<i>A. S.</i>
A INVASÃO AMARELA.....	***
A CONVENÇÃO COM A ÁFRICA DO SUL E A AGRICULTURA INDÍGENA	<i>Américo Baptista de Sousa</i> Diplomado pela Escola Superior Colonial
PÁGINA LITERÁRIA—HISTÓRIA DOS NOSSOS DIAS.....	<i>Carlos Selvagem</i>
DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE	<i>Carlos Coimbra</i>
CRÓNICA DO MÊS	<i>A. S.</i>
NOTAS DO MÊS	***
INFORMAÇÕES, ETC	***
ESTATÍSTICA.....	***

TERCEIRO ANIVERSÁRIO...

Quando, ha precisamente três anos, fundamos a «Portugal Colonial» escrevemos no seu primeiro número, à maneira de programa:

A «Portugal Colonial» nasce pois dentro dèste pensamento: Contribuir na medida das suas possibilidades e com a pureza das suas intenções, até onde consiga realiza-las, para o restabelecimento dum sentido colonial, que não pode ser prerrogativa dum grupo sem unidade, mas que tem de ser bússola e facho de quantos são alumados pelo sol do Império Português.

«Para tanto procurará, longe de toda a política inferior e de todos os interesses ilegítimos, fazer a propanda das nossas colónias, pugnar pela formação duma hierarquia de valores, animar as gerações novas, em que é preciso recrutar urgentemente *élites* coloniais, agitar e estudar os problemas que interessam às Colónias, acolher e orientar todos os entusiasmos sinceros e todas as boas vontades decididas. Finalmente, procurará prestar ao país, cujas forças morais é preciso levantar, o serviço de o convencer de que na coordenação da política económica das Colónias, com a política económica da Metrópole, assenta virtualmente a ressurreição do nosso bem estar e—mais ainda—da nossa missão imperial.

«Não sabemos até que ponto conseguiremos realizar o nosso programa, mas cremos que não é esforço perdido tudo quanto se faça para incutir na mentalidade portuguesa uma esperança confiante num futuro próximo das Colónias e nas Colónias um amor cada vez mais vivo pela Mãe-Pátria.

«Outros, melhor e mais largamente apetrechados, poderiam fazer o que nós, hoje, modesta e difficilmente encetamos. Mas não o têm feito.

.....
Porque a sua vida, num meio ainda hostil a empreendimentos desta natureza, não pode deixar de ser difficil, porque a anima uma idea optimista, que o pessimismo elegante do tempo não auxiliará, porque os criticos de café e os caluniadores de profissão, lhe hão-de attribuir todas as ruins intenções com que a sua inventiva habitualmente mimoseia todos os esforços, porque, emfim, o «mal haver» que resulta do «por bem fazer» não é novidade para nós, ignoramos a duração e os efeitos da sua carreira.

.....
«E se de tudo quanto gastarmos em energia, boa vontade e sãs intenções, alguma coisa ficar que, para o resultado final, que outros mais felizes venham a alcançar, possa ser contribuição de qualquer natureza, teremos realizado tudo quanto esperamos ao iniciar esta publicação.»



Três anos anos se passaram. Durante êles a revista publicou-se com regularidade, com pontualidade—e cumpriu o seu dever e o seu programa.

Pertença de um homem e trabalhada por um homem, nunca foi posta ao serviço dos seus interes-

ses pessoais. E fez, como tinha prometido, o melhor que pôde e soube, a propaganda das nossas colónias em Portugal e no estrangeiro; pugnou pela formação de uma hierarquia de valores; animou as gerações novas a quem sempre deu acolhimento e estímulo; agitou e estudou os mais importantes problemas da nossa administração colonial; acolheu e orientou todos os entusiasmos sinceros e todas as boas vontades decididas.

Não se vendeu, emprestou ou alugou a qualquer interesse—e deu-se sem condições a todas as causas justas e a todas as ideas sinceras.

Os trinta e seis números que constituem hoje a sua colecção provam irrefutavelmente estas palavras.

Não é caso para lançarmos foguetes, nem para reclamarmos a admiração das gentes. É um dever cumprido—uma conta saldada. Está tudo certo. Nada devemos e nada nos é devido.

Todavia, é legitimo e humano que sintamos a alegria, a satisfação plena, de termos conseguido conduzir, através de difficuldades que se supõem, considerando que durante três anos a «Portugal Colonial» foi a única revista colonial portuguesa e uma das raras que tem alcançado em Portugal uma publicação successiva em 36 meses—uma revista que não se vendeu nem se alugou, que se manteve no plano superior em que de principio quis viver, que não forjou ódios nem fabricou idolos, que acolheu incondicionalmente todas as pessoas e ideas elevadas que a procuraram.

Passados três anos de trabalhos, outros trabalhos mais absorventes forçaram-nos a abandonar a sua direcção. Não é sem melancolia que a deixamos partir, como aqueles filhos que crescem, que casam, e vão fazer a sua vida, libertos da tutela dos pais.

Foi ainda a vontade e o desejo de a vermos continuar, de lhe assegurarmos uma vida tão limpa como a que teve, mais brilhante e mais devotada à causa que serve, que nos obrigou a deixá-la. As circunstâncias tão difíceis de tempo em que trabalhamos não nos permitiam prestar-lhe toda a atenção que precisava. A nossa direcção se persistisse em exercer-se passava a ser prejudicial à revista.

Felizmente, encontramos quem melhor do que nós a pode fazer singrar: com o mesmo entusiasmo, a mesma sinceridade e, sem dúvida, mais brilho.

Está à sua frente um homem de cultura e de requintada sensibilidade, que conhece os problemas coloniais e ama a causa que serve, que é novo de corpo e alma e elegante na sua mentalidade—quer dizer: a «Portugal Colonial» encontrou o director que lhe faltava. Que siga, que progrida e que faça o melhor que souber.

E entretanto nós voltaremos às suas columnas, como colaborador sempre que pudermos, sempre que for necessário—como aqueles pais que, amarrados pelo elo sentimental, visitam os filhos em casa que já não lhes pertence.

Boa sorte!

Longa vida!

HENRIQUE GALVÃO.

PORTUGAL COLONIAL

Uma carta mensal

de Portugal para as **Pelo dr. Agostinho de Campos** Colónias

CADA geração ou cada época tem as suas palavras-suportes, amuletos ou talismãs puramente verbais, mas que, apesar da sua inconsistência de meros sons, operam maravilhas nas profundas da alma colectiva e actuam como injectores ou motores fortíssimos de esperança, coragem, pavor ou furor.

Na sua ingénua confusão da vida com a eternidade, os homens, coitados, imaginam que as palavras que os movem à acção, ou os paralisam de medo, possuem virtude perdurável e immorredoiira. Penetrados desta ilusão, esculpem-nas em pedra, escabeçam com elas os seus codigos, tomam-nas para lemas do Estado. A pedra e o Estado são para os homens dois símbolos da estabilidade. Mas a pedra esboroa-se, o Estado transforma-se, e se tudo é perecível e instável, ¿ como poderiam as palavras mágicas conservar inalterada e perpétua a sua magia?

Meditemos na eficácia política e social que usufruíram durante mais de um século estas sílabas e rimas: Liberdade, Igualdade, Fraternidade. Confrontemos a sua avassaladora sonoridade de outrora com a palidez e enfraquecimento que as achaca hoje em dia.

A propagação das ideias sociais de Carlos Marx transferiu para a luta de classes o encanto que de antes exalava a fraternidade; e depois da guerra a fraternidade humana encolheu-se toda sob o tropel dos nacionalismos que se impõem como religiões fanatizantes.

Da liberdade não se aguenta hoje nem o som, nem o cheiro. Polarizam-se agora as correntes políticas e sociais, ou no tipo russo, ou no italiano e alemão. Qualquer dos dois é incompatível com a noção e a pregação da liberdade. O seu antigo influxo divino passou a ser demoníaco...

A igualdade opõe-se num dos polos políticos a hierarquia ou a disciplina; no outro polo ainda muitos acreditam nela, com a condição de ser bem desigual para alguns.

Um dos talismãs verbais de hoje em dia encontrou-o a política na palavra esquerda, e a

tal ponto que a política francesa, por exemplo, nos dá a impressão (puramente verbal) de ter amputado a mão direita e de estar orgulhosamente maneta. Na realidade há em França várias esquerdas que são direitas, cada esquerda está à direita de outra esquerda mais esquerda, e a última-esquerda vai atraindo a penúltima, a ante-penúltima, e assim sucessivamente. E este jogo de palavras continua, enquanto o jogo dos factos, que é mais forte, não põe as coisas a direito... e à direita.

Mas os mais lindos tipos actuais de palavras mágicas são, entre os mil ismos que os homens entendem inventar para se desentenderem, os dois ismos extremos: o fascismo e o bolchevismo. Com só dizer ou escrever estes vocábulos, tem a gente a certeza de fazer cócegas ou calafrios na espinha a alguém que nos leia ou oiça.

Característica notável dos amuletos vocabulares é que se lhes mete dentro tudo quanto há— e nunca rebentam. Isto é inseparável da natureza especial destes curiosos talismãs: um belo dia esvaziavam-se de todo o sentido, e ei-los tão míseros como a bexiga róta; mas, enquanto duram, cada homem, cada partido lhes mete dentro o que quer, e fica sempre espaço para mais.

Viu-se isto muito bem agora mesmo, em França, quando o povo de Paris se revoltou contra a miséria de uma governação parlamentar que não dá ao país nem estabilidade executiva, nem força internacional, nem equilíbrio financeiro, nem segurança militar, nem disciplina administrativa, e nem sequer decência política. Governos incapazes de assegurar aos governados qualquer destas comodidades indispensáveis, que constituem o A B C da arte ou do direito de governar, é naturalíssimo que provoquem não só o desgosto mas o susto de milhares de franceses que amam a sua pátria e a vêem internamente entregue à anarquia crescente e enfraquecida no exterior, onde a espreitam inimigos que não perdoam: que se agitam, e gritam, e se preparam para o ataque e a luta como um só homem.

Pois bastou aos políticos a quem agrada e convém a continuação da anarquia e do desgoverno chamar fascismo ao protesto dos patriotas desgostados e aterrados, para que logo todos os istas que naquela palavra insuflaram sentido diabólico—socialistas, sindicalistas, comunistas, etc.—se unissem contra o desfôro dos que pediam que a França seja simplesmente bem governada. De modo que, para estes istas, pedir que

haja continuidade, coerência e decisão na política externa da França, é fascismo. Pedir que se desenhe uma fronteira assaz nítida entre deputados e aventureiros da finança, é fascismo. Pedir que vão para a cadeia os cúmplices, encoberdores e receptadores associados a um burlão que fez mão baixa de seiscentos milhões de francos de economias de muita gente fiada na honradez do Estado, é fascismo. Pedir honesta e prudente administração dos dinheiros públicos, por forma que se evitem catástrofes financeiras cuja ameaça se repete periódicamente—é fascismo. . .

‡ Cabe ou não cabe, tudo, e mais alguma coisa, dentro das palavras-talismãs? . . .

Assim repletas, vão servindo de núcleos de condensação ou cristalização de variados desejos ou descontentamentos, até que um dia determinem o precipitar de uma revolução que há-de trazer novo equilíbrio. Em França é manifesto que essa revolução começou já. Se durar muito tempo, nenhuma nação da Europa deixará de sentir-lhe os efeitos.

Oxalá dure pouco. E é de crer que os Franceses não se demorem muito a recuperar a sua unidade interior, porque, de outro modo, entregar-se-ão sem remédio a inimigos e rivais cuja força lhes vem sobretudo do avanço que levam à França na organização de uma unidade mais ou menos fictícia, mais ou menos forçada, mas em todo o caso capaz de manifestar-se em iniciativas e factos, vontades e energias, que estão vedadas, ou o tem estado até agora, à nação que propagou no Mundo a democracia, e agora vive aflita com medo dela—e de tudo.

Rei Alberto dos belgas

Morreu um chefe—que o soube ser em todas as tremendas vicissitudes que o seu país atravessou com invulgar heroísmo.

Porém, mais do que um chefe, o Rei Alberto da Bélgica era para nós, portugueses, o adorado guia de um Povo amigo e leal, vizinho em territórios de Portugal de Além-mar. Nessa dupla qualidade, o seu trágico desaparecimento enche-nos de profunda máguia.

Portugal Colonial curva-se ante a dor imensa que afflige a nação belga, endereçando a toda a Imprensa Colonial da Bélgica as mais sentidas condolências pela irreparável perda do seu heróico e glorioso Rei-Soldado.

Escola Superior Colonial

A Direcção desta Escola tem procurado obter dos Senhores Governadores das Colónias uma colaboração constante nos trabalhos e investigações de natureza colonial, que vem organizando. Todos os Senhores Governadores têm correspondido aos pedidos da Escola, manifestando-lhe a maior consideração e simpatia e enviando-lhe documentos, informações, etc. Recentemente o sr. Governador da Guiné, Major Carvalho Viegas, ofereceu à Escola as cartas, gráficos, artigos de manufactura genilica e outros objectos que figurarão na Exposição Colonial do Pôrto. Esta valiosa oferta constituirá para a Escola uma interessante massa de documentos de estudo, que muito aproveitará aos seus alunos.

É natural que todos os Senhores Governadores coloniais aproveitem parte do material e documentação enviados para a Exposição para dotarem a Escola Superior Colonial com elementos de trabalho e estudo, de que ela muito carece.

Os nossos colaboradores

Ao terminar o seu 3.º ano de publicação, *Portugal Colonial* saúda os seus ilustres colaboradores a quem se deve, na sua maior parte, o brilho das suas páginas e o excelente acolhimento que a Revista soube encontrar em todos os amigos de Aquém e de Além-mar.

Durante o 3.º ano de publicação foram nossos colaboradores os Ex.^{mos} Srs.:

Dr. Agostinho de Campos—Professor, escritor e jornalista.
C. Melo Vieira.

Brigadeiro João de Almeida.

Comandante José Cardoso.

Dr. Augusto Ornelas—Médico.

Tenente Mário Costa.

Francisco Xavier de Castro.

Joaquim Paço d'Arcos.

Júlio Gardé Alvaro Cardoso—Eng. Silvicultor e Agrónomo.

Dr. Francisco Machado—Economista.

Engenheiro Trigo de Moraes.

Tenente Simões da Mota—Diplomado com o curso da E. S. C.

António Eça de Queiroz—Escritor e jornalista.

Coronel António Brandão de Melo.

Octávio César Craveiro—Secretário da Associação dos Comerciantes de Angola.

José Luiz Freitas Ribeiro—Presidente da Associação dos Comerciantes de Angola residentes na Metrópole.

Jorge Figueiredo de Barros—Presidente da Direcção da Associação dos Agricultores na Metrópole.

A. A. Tórreres Garcia—Antigo Secretário Provincial de Agricultura de Angola—Antigo Ministro de Agricultura.

Vitor Falcão.

F. Ribeiro Salgado—Licenciado em Ciências Económicas e Financeiras.

Ricardo da Silva Pires.

M. Nunes de Sequeira—Vice-Cônsul de Portugal em Roma.

Hugo Rocha.

José Melo dos Santos.

Comissão Administrativa do Dondo.

Landerset Simões.

TRÊS ANOS

no Ministério das Colónias

TRÊS anos no Ministério das Colónias... O que em tempos não mui distantes parecia visionar de loucos, apaixonados pela *idea colonial*, tornou-se alfin uma palpável realidade: há três anos que o timão da nossa grande nau ultramarina não muda de piloto!

Nos três anos que vão passados o Ministro responsável pelas nossas coisas do Ultramar, não deve ter gosado inefável repouso! Não falemos do repouso de espírito — porque advinhamos os transe: inquietações, alarmes, receios, dúvidas, esperanças, exaltações, triunfos, e dominando tudo, aquela reconfortante sensação do dever exemplarmente cumprido — mas cabe aqui, neste momento, dar balanço à notável operosidade desenvolvida num tão breve período, em cotejo com o que se fez — ou se deixou de fazer — nos largos períodos de sonolência, de muitos anos, em que viveu mergulhado o Grande Quartel General do nosso grande Império ultramarino...

De todos os males de outrora, o mais danoso, o que mais perturbações e prejuízos originou ao Império, foi incontavelmente a instabilidade ministerial da pasta das Colónias, acorrentada, por desgraça nossa, à sorte das suas irmãs de governo, por uma solidariedade política a que se não almeja justificação. Como se alguma vez, por ventura, tivesse existido uma política colonial, progressista ou regeneradora, ou democrática, ou evolucionista — ou deste chefe conservador, ou daquele do centro, ou daquele outro radical!

Em demasia, pois, se governou naquele Ministério das Colónias ao sabor dos oportunismos prementes, das inspirações de momento, felizes ou infelizes, das intuições fustres ou decididas, cautelosas ou levianas, ao geito das conveniências pessoais ou partidárias, alheias quasi sempre ao interesse colonial, para que não houvésemos de sentir a grande satisfação de se haver conseguido já *esta notável conquista no campo da administração colonial*: possuímos um ministro que há três anos se mantém à frente dos destinos do nosso mundo ultramarino, com todas as suas benéficas conseqüências — definição precisa de uma política colonial a seguir; sistematização de processos governativos sujeitos a uma orientação superior; espírito de continuidade de pensamento e na acção; e, finalmente, possibilidade de, em matéria colonial, estabelecerem-se premissas e tirarem-se conclusões; tentarem-se fórmulas e colherem-se os ensinamentos do seu bom ou mau êxito; prosseguir-se no que vai certo e emendar-se a mão onde se



Dr. Armindo Monteiro, ilustre ministro das Colónias

errou — operando-se em consciência que não por palpite, às cegas, ou «de uma maneira qualquer»...

A instabilidade ministerial só tem gerado confusão e esterilidade nos serviços públicos. Nos negócios coloniais, de um particularismo técnico e uma transcendência que se não compadece com inspirações de momento, o que acontecia era cada qual pensar de sua maneira, sem possibilidade de «controle» das próprias ideias, ou da mais elementar disciplina mental, em semelhante regime de labor. Nos momentos críticos, nas ocasiões difíceis, surgiam as mais abstrusas opiniões, e o disparate, feito doutrina, impunha-se às turbas como elixir salvador.

O resultado era lógico. Em breve se tropeçava no disparate, para logo se erguer um outro em que se tropeçaria mais adiante, e outro, e outro depois...

Assim era a paisagem. Não desejemos voltar a contempla-la. Na realidade não é sedutora.

Como conseqüência imediata da estabilidade governamental, é curioso passar em revista o que se fez pelo Ministério das Colónias, nos últimos três anos:

I — Obra política e administrativa

- Realização da Idea Imperial pela carta Orgânica do Império.
- Reforma Administrativa Ultramarina.

- Conferência de Governadores.
- Propaganda da política imperial pelas seguintes iniciativas:
 - Viagem do Ministro a Paris.
 - Reforma da Agência Geral das Colónias.
 - Viagem do Ministro às Colónias.
 - Publicações da Agência Geral das Colónias.
 - Criação da Ordem do Império.
 - Criação do Arquivo Histórico Colonial.
 - Criação da Coleção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo.
 - Criação do Boletim da Legislação Ultramarina.
 - Criação da Revista «Mundo Português».
 - Vinda à Metrópole de uma companhia indígena.

II—Obra financeira

- Equilíbrio dos orçamentos 31/32, 32/33 e 33/34.
- Reconstituição da ordem financeira geral (Decretos n.ºs 19381, 19477, 20260, 21054, etc.)
- Liquidação do passado.

III—Obra económica

Protecção ao comércio

- Aproximação comercial das Colónias entre si.
- Aproximação comercial da Metrópole e das Colónias.
- Criação do crédito industrial em Moçambique.
- Reforma dos estatutos do Banco de Angola.
- Realização do princípio de que a economia de cada Colónia deve bastar para as suas próprias transferências.
- Leis de transferências de Angola, Moçambique e Timor.
- Fundos cambiais de Angola e Moçambique:
 - Reconstituição do Banco Nacional Ultramarino.
 - Nacionalização da moeda de Moçambique.
 - Nacionalização da moeda da Companhia de Moçambique.

Protecção à agricultura e à colonização

- Prémios à cultura do algodão.
- Concessões de terrenos para pecuária (Dec. n.º 21.155).
- Álcool carburante.
- Florestas de Angola (Dec. n.º 21.260).
- Protecção à Agricultura de S. Tomé.
- Protecção aos géneros Coloniais.
- Organização das actividades Coloniais:

- a) Criação do Sindicato de pesca de Mossamedes.
- b) Criação do Grémio do milho colonial.
- Empréstimo de reconstrução económica para Cabo Verde.

IV—Obra de propaganda

- Exposição Colonial de Paris.
- Feira de Amostras de Luanda e Lourenço Marques.
- 1.ª Exposição Colonial Portuguesa.
- Criação das Casas da Metrópole e do Ultramar.
- Pequenas manifestações da Agência Geral das Colónias.

V—Obra judicial

- Suspensão das remessas de degredados para Angola.

--Degredo nas Colónias (Decreto n.º 21.852).

Muitas outras manifestações da intensa actividade do Ministério das Colónias nos últimos três anos se poderiam ainda mencionar. O relato que se acaba de fazer é que baste para elucidar o metropolitano, em geral tão alheado do que se passa no campo da actividade colonial, que mal deu fé da monumental tarefa já realizada e nem suspeita sequer do que vai dispendido em energias — para poder fazer um pouco de justiça...

Português e línguas de África

A-fim-de de colhêr o maior número possível de elementos para continuar os seus estudos sôbre a influência das línguas africanas no português e vice-versa, pede-nos o ilustre professor e filólogo brasileiro sr. Jacques Raimundo que o ponhamos em comunicação com os professores portugueses que trabalham nas Províncias de África — Angola e Moçambique, Cabinda, Guiné, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe — bem como com quaisquer outras pessoas estudiosas e curiosas de tal assunto, e residentes em tôdas essas partes.

Num dos últimos números desta Revista referiu-se o nosso colaborador Sr. dr. Agostinho de Campos ao valiosíssimo trabalho do prof. Jacques Raimundo *O elemento afro-negro na língua portuguesa*, cuja primeira edição se esgotou rapidamente, e de que se está já preparando a segunda. Ao Autor interessam naturalmente, não só as observações pessoais dos seus colegas portugueses que trabalham em África, senão também tôdas e quaisquer indicações bibliográficas referentes à matéria indicada.

Em seu nome pois, e no do interêsse científico de tais estudos, apelamos confiadamente para todos os Portugueses e Luso-Africanos que possam e queiram ajudá-lo.

O prof. Jacques Raimundo reside no Rio de Janeiro, Rua de D. Pedro I, n.º 7, apart. 303.

Dr. Francisco Machado

Desde 20 de Janeiro findo, tem o Sr. Ministro das Colónias um novo colaborador.

Assim tinha que ser.

A obra monumental tão corajosamente iniciada há três anos pelo actual titular da pasta das Colónias, Sr. Dr. Armindo Monteiro, começa a exigir no seu pleno desabrochar, colaboradores da envergadura do novo Sub-Secretário do Estado. A sua nomeação vem na hora própria e de forma alguma o cargo restabelecido representa sinecure ou luxo dispensável.

Ao assumir o seu novo cargo não há que felicitar o Sr. Dr. Francisco Machado.

Postos de sacrifício—que são fontes de preocupações sérias—quando o País encontra quem os ocupe com dignidade, serenidade e propriedade—como é o caso de agora—só há que bem dizer a fortuna do acontecimento.

Dotado de notável senso prático e de um exacto conhecimento das realidades políticas e das necessi-



dades nacionais da hora que passa, apetrechado com uma sólida cultura de economista, como o demonstrou de sobejo ao longo da sua rápida mas brilhante carreira, o Sr. Dr. Francisco Machado é um novo de valor que avança para o bom combate. Não é, felizmente, um contemplativo nem um visionário. É um homem de comando e de acção.

Entra para o Ministério das Colónias no momento crítico da sua metamorfose. Vai utilizá-lo o País num dos sectores da governação pública onde mais e melhores obreiros são necessários.

Perdeu-se muito tempo em disputa de baixa política, postergando-se os superiores interesses da Nação em benefício dos interesses limitados de homens ou facções; bom é que se procure recuperá-lo agora.

Melhor colaborador não podia ter escolhido, para o efeito, o Sr. Dr. Armindo Monteiro, porque o seu novo colaborador é daquela casta—não muito vulgar—de portugueses capazes de enfrentar as dificuldades... e resolve-las.

Publicamos noutro lugar o relato da cerimónia da posse do cargo do Sub-Secretário de Estado das Colónias conferido ao Sr. Dr. Francisco Machado.

Política Imperial de Pautas

A Secção de Economia Política da Sociedade de Geografia de Lisboa reuniu no dia 8 do corrente para apreciar o relatório de um dos seus vogais, o sr. Albano de Sousa, sobre a *Evolução económica em Portugal nos últimos cinquenta anos*.

As conclusões do sr. Albano de Sousa são as seguintes:

«Pelo que, observado o problema no conjunto, parece-me de aconselhar:

a) Que a *Metrópole* receba livre de impostos aduaneiros todas as matérias primas que o nosso *Ultramar* forneça à manufactura metropolitana e insular, quando esta careça da sua importação por o não encontrar no país, cobrindo com essa importância os seus déficits.

b) Que os déficits de produção continental em géneros alimentares recebidos do nosso ultramar sejam também livres de direitos aduaneiros, applicando-se estes quando o *Ultramar* concorra com existências de produção metropolitana, para salvaguardar assim as actividades produtoras da *Metrópole*.

c) Que nas pautas aduaneiras das nossas províncias ultramarinas desapareça o direito ad-valorem, pela fuga de applicação do direito estabelecido a que esse sistema de tributação dá lugar, e seja estabelecida em todas essas pautas a protecção contra o dumping estrangeiro, consignada nos preliminares das pautas continentais.

d) Que as pautas *Ultramarinas* vão sendo ajustadas à necessidade de protecção que cada ramo produtor da *Metrópole* for sentindo, à medida que for tendo possibilidades de conquistar os mercados do *Ultramar*».

Depois de uma troca de impressões sobre a matéria do relatório do sr. Albano de Sousa, foi resolvido fazer-se uma distribuição de cópias por todos os membros da Secção, de modo a permitir uma demorada apreciação do seu conteúdo.



Achamos boa a deliberação tomada. Com efeito, as conclusões do sr. Albano de Sousa teóricamente estão certas. Mas os estados vivem de realidades e não de teorias. E essas realidades opõem-se, infelizmente, à adopção integral de algumas das conclusões do relatório do sr. Albano de Sousa, que deveriam ser apresentadas como um «ideal» de impossível realização, mas para o qual conviria encaminhar a acção do Estado na política aduaneira do Império.

Palavras aos novos

Transcrevemos na nossa página central uma exortação do Sub-Secretário do Estado para as Colónias, de Itália, sr. Alexandre Lessona, dirigida à mocidade fascista.

Não é notável, como doutrina, que para nós já tem cabelos brancos. Mas a sua leitura despertou-nos um rosário de considerações ajustáveis à nossa política de propaganda colonial junto da mocidade portuguesa.

Faremos essas considerações no próximo número da "Portugal Colonial".

Foi restabelecido o Sub-Secretariado de Estado no Ministério das Colónias

A posse do novo Sub-Secretário de Estado

Não pôde o número de Janeiro da «Portugal Colonial», por estar já impresso, referir-se a um acontecimento importante da nossa vida colonial: a posse do novo Sub-Secretário de Estado das Colónias, sr. dr. Francisco Vieira Machado. A cerimónia da assinatura do respectivo auto realizou-se no gabinete do sr. sr. dr. Oliveira Salazar, no dia 20 de Janeiro findo. Ao acto assistiram, além dos srs. Presidente do



Governo e Ministro das Colónias, o pessoal dos respectivos Gabinetes e o pessoal superior do Ministério das Colónias.

Depois da assinatura, o sr. dr. Oliveira Salazar em breves palavras agradeceu ao novo Sub-Secretário ter aceiteado o encargo de colaborar na obra do Governo—o que não era caso para felicitá-lo porque o lema do Governo é trabalhar, lutar e vencer.

Também em breves palavras o novo Sub-Secretário agradeceu as palavras do sr. dr. Oliveira Salazar, afirmando que, sob a chefia do sr. Presidente do Ministério e a orientação do grande Ministro das Colónias, sr. dr. Armindo Monteiro, procurará bem cumprir os deveres do seu novo cargo.

Em seguida dirigiram-se todos os presentes, à excepção do sr. dr. Oliveira Salazar, para o Gabinete do sr. Ministro das Colónias, onde o sr. dr. Armindo Monteiro pronunciou um discurso de boas-vindas ao recém-empossado.

Disse o sr. Ministro ao novo Sub-Secretário, que, da missão espinhosa que acabava de lhe ser confiada, não esperasse a satisfação de ambições, interesses ou vaidades, porque aquele lugar era de trabalho árduo, de grandes responsabilidades e de muito sacrifício.

Assim o compreendeu e declarou, ao assumir o

seu cargo de Ministro—e o mesmo pode repetir agora o sr. dr. Francisco Machado, pois as responsabilidades do seu novo cargo são, com efeito, enormes, e assume-as numa hora particularmente difícil.

Exortava-o, porém, a fazê-lo de coração aberto e decidido a sofrer em silêncio as inevitáveis injustiças dos seus contemporâneos, para que o seu esforço e inteligência possam contribuir para a reconstrução do Império.

Acentuou ainda o sr. dr. Armindo Monteiro que a obra a realizar mal vai encetada, estando ainda por reorganizar o próprio Ministério das Colónias, que, em boa verdade, não é na vida do Império aquele útil instrumento que precisa ser—e ha-de vir a ser.

Explicou o sr. Ministro os motivos de não ter ainda efectuado essa reorganização. A tarefa, porém, era delicada e exigia muitos elementos de estudo e uma grande circunspecção. Eis porque tinha dado a primazia a outros trabalhos. Terminou por recordar a velha e fraternal amizade que os unia—Ministro e Sub-Secretário de Estado—e com ela contava para a realização da tarefa comum.

Falou em seguida o sr. Francisco Vieira Machado para agradecer as palavras do sr. Ministro. Disse que nunca ambicionou o logar para que acabava de ser nomeado—porém aceitou-o com a consciência de que ia cumprir um dever de português. Sabia que ia colaborar numa grande obra colonial, em parte já realizada pelo sr. Ministro das Colónias, trabalhando assim por um Portugal Maior, pois devíamos legar engrandecida a herança dos antepassados. Sabia ainda que a hora era difícil—mas declarava aceitar o cargo conscientemente—e que a sua única ambição era ser útil e bem servir com a consciência do dever cumprido.

Em seguida o novo Sub-Secretário de Estado das Colónias recebeu os cumprimentos de todos os presentes, entre os quais se viam muitas personalidades eminentes no nosso meio colonial, político e financeiro.

O ataque ao “dumping” japonês

A União Sul-Africana acaba de estabelecer um direito variável «anti-dumping» para certos artigos japoneses, segundo informa *L'Essor Coloniale et Maritime*. Esta taxa será igual à diferença entre o preço da mercadoria f.o.b. em «yens» ao câmbio do dia e o mesmo preço calculado em moeda da União a um câmbio de taxa a determinar pelo Ministro das Finanças. Esta taxa foi agora fixada em 23,55 dinheiros por «yen», quando o câmbio actual é de cerca de 14 dinheiros.

A "via Lobito" e o tráfego da região por ela servida

PELO ENGENHEIRO GONÇALO CABRAL

Portugal Colonial inicia hoje a publicação deste notável estudo do Engenheiro Sr. Gonçalo Cabral, técnico dos mais distintos e um dos nossos grandes valores coloniais.

Conhecemos de longa data o seu brilhante *curriculum vitae*: antigo Oficial de Engenharia, Director das Obras Públicas do Estado da Índia e Director Fiscal do Caminho de Ferro de Mormugão, tendo tomado parte, como voluntário, nas operações contra os "ranes", insubmissos de Satari, na Índia Portuguesa, o Sr. Gonçalo Cabral, que é actualmente o agente e representante em África da Companhia dos Caminhos de Ferro de Benguela, tem sabido afirmar-se, em todas as circunstâncias da sua vida, um grande carácter, uma lúcida inteligência e uma notabilíssima competência.

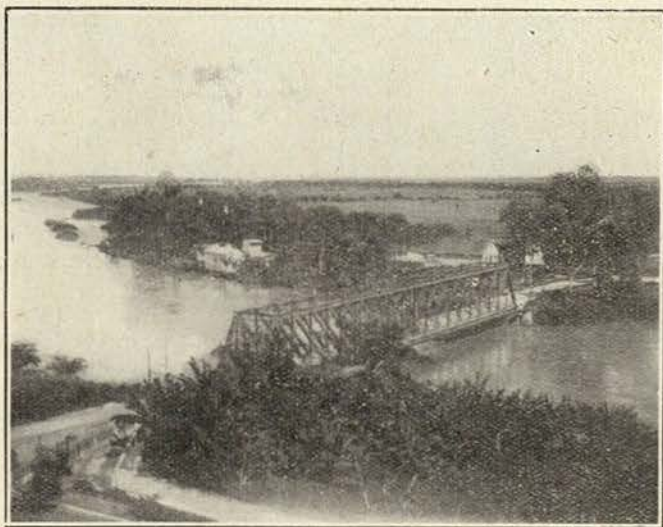
I — A Via Lobito

O Pôrto do Lobito e o Caminho de Ferro de Benguela, completando-se e servindo-se mutuamente, constituem, no seu conjunto, uma admirável via de comunicação entre o Oceano Atlântico e o Centro do Sub — Continente Sul Africano, designada, na expressão já universalmente consagrada, por *Via Lobito*.



São bastante conhecidas, para dispensarem mais comentários, as privilegiadas condições naturais da Baía do Lobito.

Quanto às obras que, utilizando essas excelentes e excepcionais condições, transformarão a baía do Lobito num pôrto de mar de primeira ordem, difícil,



Ponte sobre o rio Catumbela



Tipo de construção no Lobito

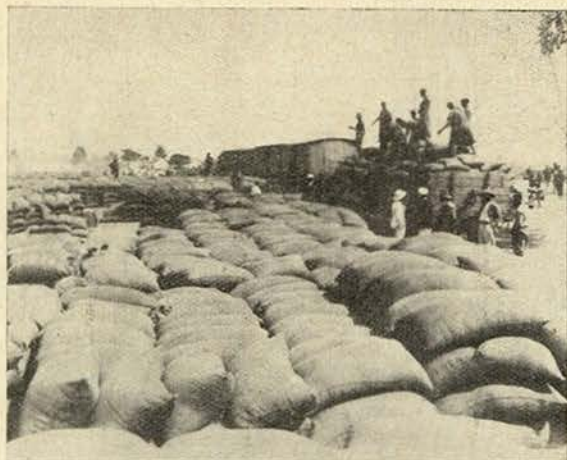
se não impossível de igualar em toda a costa de África, limitar-me-ei a mencionar as diversas fases por que têm passado.

Durante um longo período de 23 anos — de 1905 até 1928 — foi o tráfego do Pôrto do Lobito feito exclusivamente por uma ponte — cais de madeira, construída, mantida e explorada pelo Caminho de Ferro de Benguela.

Foram, durante esse período, estudados ou simplesmente esboçados numerosos e variadíssimos projectos para o Pôrto do Lobito. Em 1921, foi negociada com a firma de empreiteiros, Pauling & C.^a, de Londres, a construção da 1.^a Secção das Obras do Pôrto, segundo o projecto então adoptado, tendo sido começados os trabalhos de construção propriamente dita em Julho de 1923. O primeiro trço do cais acostável, com 220 metros de extensão (cerca de metade da extensão prevista para a 1.^a Secção dos trabalhos), foi aberto à exploração em princípios de 1928, sendo depois interrompida a construção. O sistema de construção, acompanhando um interessante estudo sobre «A Baía e o Pôrto do Lobito» foi descrito numa conferência feita na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 11 de Maio de 1925, pelo Engenheiro H. de Mascarenhas Inglês, antigo Director do Pôrto do Lobito, e publicada no Bolefim da Agência Geral das Colónias, n.º 1, de Julho de 1925.

Em 1928-29, foi estudado um novo projecto do Pôrto do Lobito, pelo Engenheiro António Craveiro Lopes (publicado na Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portu-

gueses, n.ºs 656 a 666, de 1930). Aberto concurso para a execução das obras foi adjudicada a empreitada da primeira parte do projecto total, em duas Secções, à firma Gruen & Billfinger A.-G., de Mannheim. Os trabalhos foram iniciados em 1931, segundo o projecto do Engenheiro Craveiro Lopes quanto ao delineamento geral dos cais, mas adoptando-se uma variante daquele projecto quanto ao tipo



Carregando farinhaes no Huambo

do muro do cais. O muro do cais da 1.ª Secção desta empreitada devia ficar concluído em Setembro do ano de 1932, ficando desde então o Lobito com um cais acostável, para navios de alto bordo, com 446 metros de extensão. A empreitada total, que deve ficar concluída em Março de 1934, levará a extensão de cais acostável a 855,20 metros. A empreitada inclui também a construção de vastos armazéns, assentamento das linhas de guindastes e de vias férreas de serviço do pórto, canalização de água, muro de vedação do recinto do pórto, etc. — E, por adjudicação especial, independente da empreitada Gruen & Billfinger, será o pórto dotado com o número suficiente de guindastes eléctricos de variadas potências.

Assim, num futuro muito próximo, ficará o pórto do Lobito dispondo de uma extensão de cais muito suficiente para o movimento que há a prever, e dotado com todo o equipamento necessário para o perfeito e rápido manuseamento do tráfego.



Estabelecendo a ligação entre o Pórto do Lobito e as vastas regiões do seu hinterland e as da África Central, está o Caminho de Ferro de Benguela.

Numa interessante monografia publicada por ocasião da inauguração solene da sua linha, em 1929, — afirmou a Companhia do Caminho de Ferro de Benguela que *a circunstância talvez mais feliz da construção do Caminho de Ferro de Benguela foi o aproveitamento, na costa do Atlântico, do Pórto do Lobito.*

Note-se, — *aproveitamento*, que não *descoberta*, — heresia cuja responsabilidade algumas pessoas têm pretendido assacar à Companhia, com uma razoável distorsão de factos e, valha a verdade, com bastante

infelicidade. A descoberta do Lobito pertence aos Navegadores Portuguezes, a quem coube a honra, afinal, de descobrir quasi todo o mundo... A *idea* do aproveitamento do Lobito, como pórto de mar, «a melhor enseada desta costa», pertence, — até onde o sabemos, — a Manuel de Pimentel, em 1712. A fundação da cidade do Lobito foi *proposta*, em 1838, pelo Governador Manuel Bernardo Vidal, que advogou a transferência, para aqui, da cidade de Benguela («quantum mutatus ab ille!»), e *aprovada* por Portaria Regia de 28 de Março de 1843.

Em 1886 o, então, Major de Engenharia, Joaquim José Machado, estudou a baía do Lobito e iniciou os reconhecimentos para o traçado de uma linha para Caconda, que, prolongada, iria possivelmente atingir a «Caranganja» (hoje, Katanga), cujas riquezas mineiras eram de há muito conhecidas dos Portuguezes. Grande amigo e auxiliar dedicado de Sir Robert Willians, Joaquim José Machado muito contribuiu para a concessão a este feita em 1902, e para a organização da Companhia do Caminho de Ferro de Benguela, da qual foi o primeiro Administrador Delegado, lugar que ocupou até à sua morte em 1925; e certamente, às informações e conselhos desta prestigiosa figura de Português se deve, tanto pelo menos como a quaisquer outras influências, a escolha do Lobito como testa do Caminho de Ferro de Benguela.

Infelizmente, todos esses antigos projectos não tiveram qualquer realização prática; e quando, obtida a autorização para a Construção do Caminho de Ferro de Benguela, o respectivo Concessionário mandou (como era natural e lógico) fazer, por pessoal seu subordinado ou empregado, os estudos preliminares para a execução do seu grande empreendimento, — no Lobito existiam apenas, de facto, algumas cubatas de pescadores indígenas e uma pequena habitação de um guarda europeu, agente marítimo.

Mas, voltando ao *aproveitamento* do Pórto do Lobito: — esse aproveitamento, fornecendo uma testa



Cena típica à chegada do comboio correio: A Estação do Chinguar

magnífica ao Caminho de Ferro, assegurou-lhe ao mesmo tempo as características invejáveis da sua situação de via de comunicação mais curta, mais directa e mais segura, entre o mar e a África Central.

E, construída a linha férrea satisfazendo a todos os preceitos técnicos; admiravelmente equipada com material circulante igual ou superior ao melhor que existe em qualquer linha africana; organizado o ser-

viço de exploração em condições perfeitamente satisfatórias e, sob muitos pontos de vista, modelares; a «Via Lobito», á-parte todas as qualidades naturais derivadas da sua privilegiada situação geográfica, é hoje, também, a mais rápida e mais comoda via de comunicação para a África Central.



O esboço da Carta da África do Sul, e o mapa comparativo das distâncias de Elizabethville à Europa, mostram, de relance, a superioridade da posição geográfica da Via Lobito, em relação às outras vias de comunicação que servem a África Central.

Com tão manifesta superioridade de situação geográfica; com o melhor pòrto natural de África, já hoje dispondo de notáveis facilidades de tráfego e, dentro em breve, ampla e perfeitamente equipada, por forma a poder rivalizar com os melhores portos de mar;— com uma bela via férrea, dispondo do melhor material circulante;— pareceria que a Via Lobito pouco ou nada teria a receiar da concorrência de outras vias de acesso á África Central, e poderia considerar-se senhora do respectivo tráfego,

A realidade é, infelizmente, bem outra. Em que pése aos entusiastas da privilegiada situação geográfica do Lobito, do seu magnífico pòrto, da bela via férrea que o serve,— todas estas vantagens, reais e indiscutíveis, *não bastam*, por si, para assegurar à via Lobito o tráfego disputado pelas outras vias. Uma inferioridade de situação geográfica, supre-se, em grande parte pelo menos, com a rapidez e facilidade de comunicações, com tarifas protecionistas, com facilidades fiscais e aduaneiras. Um mau pòrto natural torna-se bom pelas obras de construção e apetrechamento de cais, pelos bons serviços de farolagem, pilotagem, manuseamento de carga. Um caminho de ferro é sempre susceptível de melhoramentos;— na via, no material circulante, nos serviços de exploração,— desde que haja tráfego que justifique e pague esses melhoramentos. E, acima de tudo, há os *interesses*, de vária ordem:— interesses nacionais, em primeiro lugar; e, a seguir, os múltiplos interesses que derivam de situações criadas, de hábitos estabelecidos, de conveniências de permua.

Afigura-se-me que são em geral pouco ou mal conhecidos os variados factores que influem na derivação da corrente do tráfego da África Central, para uma ou outra das vias de comunicação utilizáveis. Por outro lado, a obtenção do maior volume possível de tráfego para a via Lobito, se é objectivo vital para o Caminho de Ferro de Benguela, não deve merecer menor interesse ao Governo de Angola, pelo aumento de receitas e de prosperidade geral que de tal tráfego resultaria para a Colónia. Julgo, pois, que algum interesse e utilidade poderão ter as considerações a seguir expostas sobre esta matéria.

II— A via Lobito e as suas concorrentes

Examinando o esboço de carta dos Caminhos de Ferro Africanos, verifica-se que a região central do Sub-Continente Sul-Africano, que podemos considerar *zona de competência* de tráfego para a Via Lobito,— compreendendo a Província da Katanga

e parte das Províncias do Congo — Cassai e Oriental, do Congo Belga, e uma grande parte da Rodésia do Norte,— é servida pelas seguintes vias de comunicação com o mar:

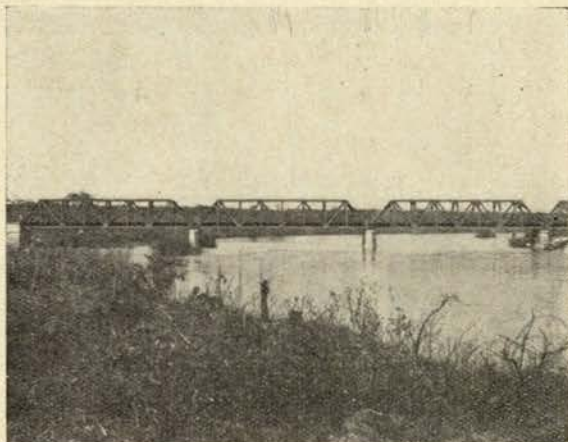
Para o Atlântico:

- 1— Via **Matadi**:— via mista, férrea e fluvial
- 2— Via **Lobito**:— via férrea
- 3— Via **Cabo**:— via férrea

Para o Índico:

- 4— Via **Dar-es-Salaam**:— via mista, férrea e fluvial
- 5— Via **Beira**:— via férrea
- 6— Via **Lourenço Marques**:— via férrea
- 7— Via **Pòrtos da União, Sul-Africana, Durban, East London, Port Elisabeth**:— via férrea.

Considerando Elizabethville como ponto central desta zona de competência, o mapa junto mostra as distâncias, por via terrestre e marítima, a Southampton, tomado como pòrto central das ligações Europa-África.



Ponte sobre o rio Quanza

Dentre todas as vias que podem servir a região que chamamos zona de competência, as duas que representam de facto uma concorrência séria à via Lobito, são, a via Matadi e a via Beira.

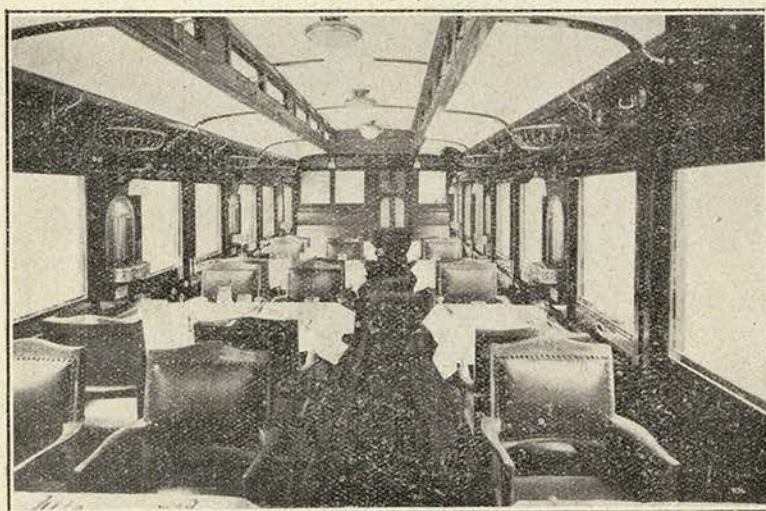
A via Dar-es-Salaam,— a mais complicada de todas, pela interpolação de duas secções de transportes fluviaes.— não pode representar uma concorrência muito perigosa para a via Lobito. Não é, contudo, inteiramente para desprezar essa concorrência. Sendo cerca de 2.855 km. do percurso (até Kíngoma) efectuados por «vias nacionais», belgas; e tendo o Governo Belga obtido do Governo Inglês as maiores facilidades, reduções de tarifas e tratamento privilegiado, em Dar-es-Salaam, para as mercadorias em trânsito;— esta via, apesar de todas as suas formidáveis inferioridades materiais, ainda póde concorrer com qualquer das outras nos transportes de ou para o Congo Belga,— e tanto que, ainda há pouco mais de dois anos, o cobre transportado de Panda (hoje, Jadotville) pela via Dar-es-Salaam, pa-

gava um frete igual ou inferior ao que saía pela via Beira.

As vias — Portos da União (Durban, East London, Port Elisabeth e Cabo) — não representam, a meu ver, uma concorrência muito séria para a via Lobito. Os percursos terrestres, por qualquer destas vias, são muito grandes; e não tendo o Congo Belga quaisquer interesses ligados aos respectivos pôrtos ou aos caminhos de ferro da União, nem carecendo de importar dos territórios respectivos qualquer produto de grande tráfego (como acontece com o carvão, a respeito da via Beira e Caminho de Ferro da Rhodesia), — não há razão que justifique o desvio do tráfego belga para estas vias. O mesmo se pode dizer, e com mais forte razão (por ter mais uma fronteira a atravessar), da via Lourenço Marques.

Restam, pois, as duas vias, — Matadi e Beira.

Quanto à Via Matadi: — o exame da carta mostra que, sob o ponto de vista de extensão total do percurso, não difere ela muito da via Lobito: — un-



Um vagão restaurante em serviço na «Via Lobito»

escassos 325 km., a favor da via Lobito, num total de mais de 11.000 km.

Por outro lado, e apesar de todos os seus graves defeitos, — pôrto de difícil e má acessibilidade; grande percurso em via mista, férrea e fluvial, e conseqüente necessidade de vários transbordos, — a via Matadi é e será sempre, e cada vez mais, a grande concorrente da via Lobito, para todo o tráfego do Congo Belga. É, para êsse tráfego, a via *inteiramente nacional*, — desde o pôrto de desembarque até ao ponto de destino. E o Governo Belga põe todo o cuidado em proteger e fomentar, por tódas as formas, o tráfego pelas suas «vias nacionais», — o que além de perfeitamente natural e legítimo, representa, para o mesmo Governo, a defesa dos seus próprios interesses.

Com efeito, tódas as vias férreas, — mais, tódas as empresas de transporte, de qualquer natureza; — do Congo Belga, são, ou foram, subsidiadas pelo Governo; tódas elas recebem, dêste, uma garantia de juro do capital, que, se não estou em êrro, chega a ser de 7 1/2 %. — Todo o tráfego que afluxa a essas vias de comunicação, e seja qual for a tarifa aplicada ao seu transporte, representará, pois, para o Governo,

um lucro direto, pela diminuição resultante nas importâncias a pagar por garantias de juro.

Se acrescentarmos a êste lucro imediato, os lucros e vantagens indiretos, conseqüência inevitável de um aumento de tráfego; e se considerarmos que o Governo Belga é diretamente interessado em todos os grandes empreendimentos industriais, mineiros, etc., da sua rica e vasta Colónia, e, em muitos dêles, com uma parte preponderante (como, por exemplo, na Union Minière du Haut Katanga), e que, portanto, pode até certo ponto orientar e coagir o tráfego que diga respeito a esses empreendimentos; — se atentarmos em tódas estas e outras causas que se opõem ao argumento, nêste caso único, a favor da via Lobito, — a maior facilidade e rapidez dos transportes; — não será difícil chegar «à priori» às conclusões que a experiência nos está duramente ensinando: — do tráfego belga (compreendendo por esta designação o tráfego de ou para o Congo Belga) só será desviado, da via Matadi para a via Lobito, aquele que a via Matadi não queira, ou não lhe convenha, transportar, — ou aquele para a qual as vantagens, em economia de tempo ou outras, no transporte pela via Lobito, sejam tais que compensem a sua perda para a via Matadi. Está nêste último caso, por exemplo, o tráfego de passageiros: — a economia em tempo (e, conseqüentemente, em custo), o aumento de conforto, a facilidade na via Lobito, são de tal ordem, que não podem ser contrabalançadas por tódas as razões de ordem nacional a favor da via Matadi.

Nestas condições, considero praticamente impossível, e em qualquer hipótese improficua, uma «luta de tarifas», em que, pelo lado da via Lobito, só o C. F. B. entraria e seria o único sacrificado. O C. F. B. não é, nem foi em tempo algum, subsidiado pelo Governo, nem recebe dêste qualquer garantia de juro; pelo contrário, para que fôsse autorizada a sua conclusão, — isto é, para que se completasse o maior empreendimento até hoje realizado em Colónias Portuguesas, valiosíssimo instrumento de progresso e riqueza, de que o Estado era e continua a sendo inteiramente senhor, pela rigidez e acerto do respectivo Contrato de Concessão, — para isto, digo, impoz-se ao C. F. B. mais um pesado encargo, que hoje embaraça e dificulta a sua exploração, já sobrecarregada com tão formidáveis onus e ameaçada por tantas e tão poderosas concorrências.

Poder-se-ia, — poderia o Estado, — a quando das Convenções Luso-Belgas, assinadas em Luanda em 19, 20, 21 e 22 de Julho de 1927, confirmadas e ratificadas por Carta de 2 de Março de 1928, ter salvaguardado os da via Lobito, — a *nossa* «via nacional», — assegurando-lhe uma determinada percentagem do tráfego total do Congo, ou, pelo menos, garantido ao tráfego da via Lobito uma igualdade e reciprocidade do tratamento.

Procurou a Companhia do Caminho de Ferro de Benguela, em tempo oportuno, e conseguiu-o por meio do chamado «Contrato Pool», assegurar uma

igualdade de tratamento para o seu caminho de ferro, em relação aos caminhos de ferro belgas que serviam a Katanga. Nos termos desse contrato, assinado em 31 de Março de 1908, a totalidade das receitas brutas dos três Caminhos de Ferro, — C. F. B., C. F. K. e B. C. K., — seria, durante um certo número de anos, dividida entre as três Companhias no «pro rata» do número de quilómetros de cada uma, em exploração (para o C. F. B., o número de quilómetros a considerar para a partilha, seria o da sua extensão real, acrescido de 200 km., como compensação ao excesso de custo derivado da dificuldade do seu traçado nos primeiros 200 km.). — Como era de prever, este Contrato foi denunciado pelo B. C. K. (em nome próprio e no do C. F. K.), por carta de 20 de Março de 1929, — primeira data, depois das Convenções Luso-Belgas de 1927, em que, segundo as clausulas nele acordadas, podia ser feita a revisão ou denuncia do «Contrato Pool».

Não sei, — nem me compete apreciar, nem é este o lugar para discutir o assunto, — se os Plenipotenciários Belgas às Convenções referidas acima teriam aceitado, em nome do seu País, quaisquer condições que favorecessem, ou, pelo menos, puzessem em igualdade de condições, o tráfego pela via Lobito.

Tudo, porém, me leva a crer que sim: — não só a justiça do principio, como, e principalmente, o empenho, para não dizer necessidade imperiosa, por parte da Bélgica, de obtenção dos terrenos do N'Pozo, de que carecia para a conclusão da linha férrea Matadi — Leopoldville, a sua única saída para o mar por uma via exclusivamente nacional.

O certo é, — verifica-se pela leitura da Convenção de 22 de Julho, — que, o Governo Português comprometeu-se a dar ao tráfego belga em trânsito por Angola, um tratamento de excepcional e raro privilégio; nos próprios termos do artigo VIII dessa Convenção, o Governo Português assegurou «ao tráfego belga, em Angola, as maiores facilidades possíveis». Estas facilidades compreendem, entre outras e grandes concessões, as do «regime mais favorável» em todas as tarifas do C. F. B. (Art. V da Convenção): — por forma que, se este Caminho de Ferro procurar, como sempre tem procurado, proteger e fomentar a indústria, a agricultura, o comércio, de Angola, estabelecendo tarifas reduzidas para determinados produtos, — pela letra do citado artigo, tais tarifas são, *de pleno direito*, aplicáveis imediata e automaticamente, às mercadorias da mesma natureza, provenientes de ou destinadas ao Congo Belga. E se, ainda, o C. F. B. pretender e conseguir estabelecer, com uma carreira de Navegação Portuguesa, qualquer contrato de transportes com fretes corridos, com tarifas reduzidas ou quaisquer vantagens ou facilidades, — automaticamente e «de pleno direito», também, esses contratos, essas tarifas, essas vantagens, são extensivos «aos serviços de navegação belga».

Inversamente, *nenhuma* vantagem ou simples igualdade de tratamento se pediu (ou, pelo menos, se obteve, — visto não constar das Convenções), nas linhas férreas e empresas de navegação belgas. E, assim, são possíveis, e registam-se, factos como os seguintes: — há mercadorias, de produção angolana, que, nos caminhos de ferro do Congo Belga pagam tarifas *dez vezes superiores* às do C. F. B.; outros produtos há cuja entrada no Congo Belga, ou é proibida, ou é rodeada de tais dificuldades que a tornam praticamente impossível; — os fretes marítimos para

Matadi, apesar das dificuldades e sujeições da navegação no Zaire, chegam a ser, para certas mercadorias, 50 % inferiores aos fretes para o Lobito.

É evidente que nestas condições, a via Lobito, — a-pesar-de toda a excelência da sua situação geográfica, do seu porto, da sua linha férrea, — não pode, para o transporte do tráfego belga ou em que o Governo ou os organismos belgas tenham qualquer interferência, pensar em competir com a via Matadi. Praticamente, o tráfego belga dispõe, *quando lhe convenha e como se fôsse sua própria*, da melhor, mais curta e mais rápida via de comunicação entre o interior de África e o Atlântico, — sem quaisquer encargos de construção, conservação ou exploração dessa via; mas, — só se encaminhará para essa via, a parte do tráfego que, por quaisquer razões e em qualquer ocasião, não convenha que siga pela sua «via nacional».

Escusado será encarecer os inconvenientes e prejuízos, para a via Lobito, resultantes de tal situação, — situação que se compreende perfeitamente sob o ponto de vista dos interesses belgas, não havendo senão a felicitá-los por a terem sabido conseguir; mas que, sob o ponto de vista português, não é tão fácil de explicar nem, sobretudo, justificar.

Pode a Companhia do Caminho de Ferro de Benguela dizer, — e afirma-o peremptoriamente, — que nenhuma responsabilidade lhe cabe na matéria, visto nenhuma interferência ter tido, directa ou indirectamente, na elaboração da citada Convenção Luso-Belga, nem, mesmo, — e talvez extranhamente, — na parte referente às tarifas de transporte na sua própria linha. É certo, — e representa isto uma decidida «consolação moral»; mas, não é menos certo que, mais do que ninguém, sofre o C. F. B. as consequências, os prejuízos materiais, derivados da situação criada por essa Convenção.

Como disse atrás, a via Matadi será *cada vez mais*, a grande concorrente da via Lobito. A nova linha Matadi-Leopoldville, — cuja construção (pelo menos, nas condições de facilidade e rapidez em que foi realizada) se tornou possível pelas citadas Convenções Luso-Belgas, — será inaugurada em Junho próximo. Assim, a via Matadi, — o «B. C. K. integral» das grandes aspirações nacionalistas belgas, — sendo um facto, já, desde a conclusão, em 1928, do trecho Bukama-Port Francqui, fica já em condições de exploração imensamente melhoradas, com a substituição, por uma linha de via normal e em boas condições, do «estrangulamento» que representava a antiga linha, de via reduzida (0^m,75) e difficilimo traçado, entre Leopoldville e Matadi. E estão concluídos os estudos e anunciada a construção do trecho de via férrea Leopoldville — Port Francqui, substituindo o percurso actualmente feito por via fluvial. Não sei quando estará realizada a construção destes 800 km. de linha; mas, concluída ela, fica estabelecida a ligação continua por via férrea, de Matadi a Sakania; e, posto que o percurso terrestre continue sendo muito grande, desaparece um dos mais graves inconvenientes actuais da via Matadi, — a interpolação de um troço de via fluvial entre dois troços de via férrea, exigindo transbordos e aumentando muito o tempo total gasto no percurso.

(Continua no próximo número)

ALMOCREVES DE DISLATES

O periódico francês "Je suis partout,—grand heledomadaire de la vie mondiale—passe o réclamo gratuito, enviou um dos seus homens de informação a jornadear à roda do Continente Africano com a missão de lhe remeter a Paris umas quantas crónicas sobre as paisagens e as gentes exóticas, esgotados como andam todos os "grandes", assuntos mundiais ainda capazes de arrepiar o sistema sensorial do "assíduo leitor," boulevardier.

Até aqui só há que louvar os intuitos do periódico e a missão do jornalista—porque andam, de facto, cansadas as páginas da grande Imprensa... A peregrina casuística dos negociadores de um desarmamento mundial em que ninguém acredita, a começar pelos próprios parlamentários; as arengas do "fuhrer," à multidão germânica arrebatada pelo verbo "pacífico," do novo messias de Alémi-Reno; os jogos funambulescos e as malabarices económico-financeiras dêsse bizarro Fregoli da Casa Branca que, a engolir e a vomitar dólares à vista do freguês, vai entrelando um povo ex-rico cujo ventre só reclama alimento: tôdas essas velharias, por demasiado sedicãs, há muito que trazem já nimamente enjoado êste Moloch de botas de elástico—o respeitável público—a quem os magnos sacerdotes da Imprensa sacrificam no altar das grandes rolativas as patranhas mais sensacionais...



África do Sul, 1935—Coisas vistas por João Farchy,—assim se intitula a série de *reportagens* africanas do "Je suis partout," e tal é a graça do noticiário.

Ora, o leitor versado em assuntos africanos descortina rápido, mal vão galgados os primeiros períodos da prosa, que o viajante estava desprevenido para aquela tarefa. Há realmente quem aceite como excelente doutrina para um manual do perfeito jornalista, a ignorância total da matéria a versar: virgem de abusões ou ideias-feitas, o espírito desentranha-se então em originalísimos e conceituosos dizeres... Ora o nosso Farchy parece que é dêsstes.



Desembarcou o articulista em Lourenço Marques e ali demorou dois breves dias, o suficiente para as laudas do artigo que, enquanto se limita a descrever a cidade servindo-se da linguagem dos folhetos de propaganda, editados pelas agências de viagens e organismos de turismo, é francamente mas banalmente elogioso. O mais saboroso do acepipe está-nos porém reservado para o fim: o mimo das suas ironias e das suas "boutades," com que nos alfineta, servindo-se para isso das idiotas generalizações que insinua.

Serve-lhe de pretexto os pequenos nadas, os incidentes sem valor, que constituem o pilaresco e anedótico da volúpia de viajar por partes desconhecidas. Vai percorrendo a cidade—e a certa altura descobre que o seu perímetro foi traçado com desastrada largueza. Construiu-se um cinema—o Scala—de dimensões disparatadas para a sua população actual, e no mesmo despropósito de proporções foi-se construir na praia de Polona um hotel de 300 quartos que só não está vazio porque está cheio como um ovo—uma grande maravilha!—nos três meses da época balnear...

Não resistimos, porém, a reproduzir um naco da prosa do "abalizado," crítico:

«O símbolo de Lourenço Marques é a organização da circulação.

É digna de menção: em cada cruzamento há uma sinalização eléctrica de 3 luzes, e, de pé sobre uma plataforma de madeira, um sinalero indígena, fardado de azul, capacete e luvas brancas, perna à vela e pé descalço, regula o trânsito dos automóveis, dos «auto-omnibus» e dos «eléctricos», por meio de movimentos dos braços. Simplesmente, tôda esta magnífica organização é em absoluto desproporcionada com o pequeno número de veículos em circulação. Eu nunca vi em Lourenço Marques duas viaturas cruzarem-se, de modo que tôdas estas luzes eléctricas e estes polícias não são lá muito precisos...»

O estado de alma do viajante fica, porém, denunciado neste pequeno comentário:

«Há coisa de um mês o govêrno convidou um grupo de jornalistas franceses a visitar as colónias portuguesas. Ora tudo isto cheira

um pouco a «bluff» e a publicidade: a colónia pretende deitar poeira nos olhos».

Segue-se depois a narrativa de todos os deslizes que os portugueses de Moçambique houveram para com o conspícuo viajante:

a) No B. N. U. descobriu que o empregado que o atendeu não sabia cambiar francos, fê-lo assinar fórmulas de várias côres, e deu-lhe indevidamente escudos a mais, mas

b) O dinheiro português não corre senão na Colónia, é todo de papel, e são ali absolutamente desconhecidos os metais amoeáveis, havendo até—oh, espanto!—notas de banco de um "sou",!...

c) Os portugueses têm na Colónia um parque nacional Kruger, que na época má—aquela em que o viajante visitou Lourenço Marques—se mantêm teimosamente fechado às visitas do turista, o que realmente é uma pouca vergonha...

d) Para mais, os portugueses anunciam, em vistosos cartazes, um local de peregrinação turística—Vila Luíza (Marracuene)—com pares que dançam num pavilhão de chá, barcos de recreio para passear e hipopótamos à beira-rio. Mas

e) Para se ir a Massacuene tem que se tomar um combóio para o qual se vendem bilhetes de 1.ª classe, quando as carruagens são apenas de 2.ª e 3.ª...

f) Vila Luíza é um lôgro. No Incomati não há hipopótamos em liberdade, não há pares que dansem no pavilhão de chá e os barcos de recreio não passeiam porque estão a consertar.

... Como quem diz: na África Oriental dos Portugueses de 1935 a civilização lusitana é uma perfeita "fumisterie," e a selva bruta, primitiva, um "bluff," colossal!



Como o leitor acaba de ver, tudo o que o articulista criticou não passa de bagatelas. Mas a verdade é que da sua leitura se colhe uma penosa impressão, mixto de asco e revolta, contra a escarantina altitude do latino, tentando amesquinhar ou ridicularizar uma honrada obra realizada por outros latinos, cujos méritos nada ficam a dever em comparação com os de nações materialmente mais poderosas.

De tudo é bom colhêr ensinamentos. Tiremos pois dêste pequeno incidente uma lição que sirva de algum proveito.

Em 1880 lamentava-se o saúdios Augusto de Castilho, ao descrever Lourenço Marques de então, que naquele pequeno burgo tudo fallava; e reclamava urgentemente "a macadamização nas ruas, melhor iluminação, mercados, fontes, arborização, a construção de um atêrro e cais marginal, e outras obras indispensáveis, e por cuja falta estamos sendo censurados e escarneados pelos estrangeiros que ali residem, e pelos muitos que todos os dias visitam a localidade...

Cinqüenta anos volvidos é o que se vê! Continuamos a ser censurados e escarneados pelos estrangeiros que visitam a localidade... até por termos feito coisas a mais!

Nunca a velha fábula de *O velho, o rapaz e o burro*, êsse formidável repositório de sabedoria popular, teve melhor aplicação *al cuento!*

A. S.

A QUESTÃO DAS TRANSFERÊNCIAS

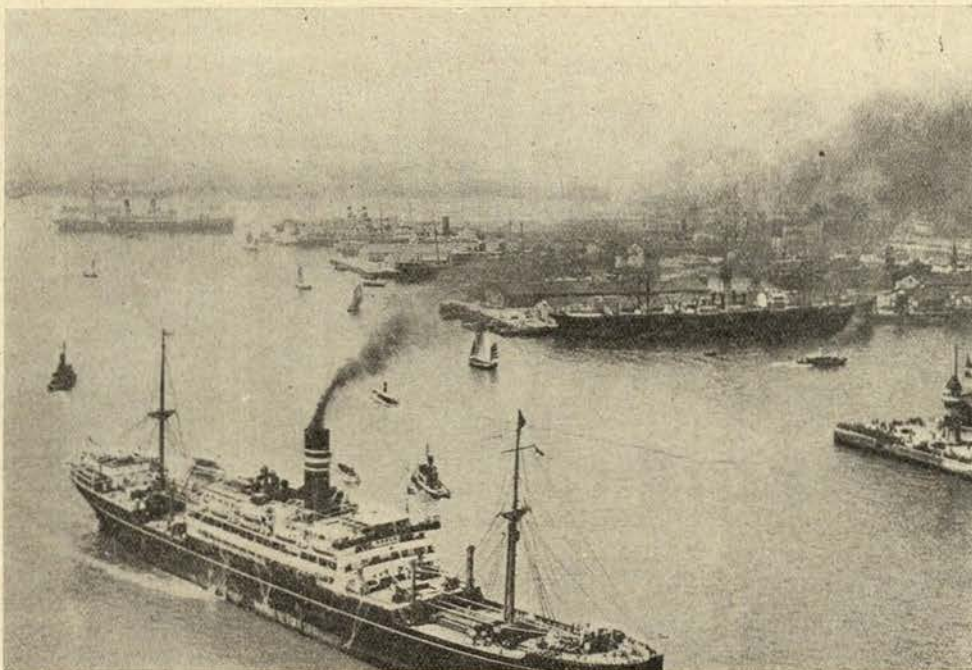
Prometemos no nosso número de Janeiro abordar esta questão palpitante, no presente número da «Portugal Colonial». Motivos alheios à nossa vontade obrigam-nos a adiar para a próxima vez o que desta feita se não pôde cumprir. Que os nossos estimados leitores nos perdoem a involuntária falta.

A INVASÃO AMARELA

EM 18 de Dezembro do ano findo, a Associação Industrial Portuguesa, surpreendida com as primeiras notícias alarmantes que provinham de vários sectores da sua actividade social, deliberou fazer uma consulta a todos os seus associados para, de-certo modo, avaliar a situação já criada pela perigosa concorrência japonesa no mercado nacional.

«A Legação Imperial do Japão, em Portugal, tem a honra de vir comunicar que nos meados do corrente mês, pouco mais ou menos, chegará a Lisboa um grupo de caixeiros viajantes japoneses a-fim-de exporem aqui, durante alguns dias, as mercadorias da sua especialidade.

«É sabendo que essa firma está interessada no comércio com o Japão, é de esperar que a visita que



O Porto de Kobe

Essa concorrência era um facto e trabalhava activamente para se intensificar ainda mais.

Em 26 do mesmo mês, o Presidente daquela Associação oficiava ao Chefe do Governo, Sr. Dr. Oliveira Salazar, solicitando a atenção dos poderes públicos para o grande incremento que nos mercados do nosso país assumia o comércio de produtos japoneses, cuja propaganda se estava fazendo por intermédio da Legação daquele país.

As principais indústrias nacionais já atingidas, segundo informava a Associação Industrial Portuguesa, eram as de estampados, sêdas, rêdes de pesca, escôvas de dentes, artigos de borracha e de celuloide, etc., cuja actividade estava suprindo regularmente as necessidades do consumo nacional.

A ameaça pairava, porém, sobre muitos outros artigos, porque a Legação do Japão em Portugal acabava de distribuir profusamente por vários estabelecimentos do país um comunicado que dizia o seguinte:

se dignar fazer à referida exposição resultará altamente benéfica para o encetamento de futuras transacções com o mencionado País».



Não sabemos ainda como Portugal se vai defender do embate. O regime aduaneiro em vigor nos diferentes territórios do Império começa a reconhecer-se impotente para se opôr à maré alta da produção japonesa. Agora, que se estava tentando um esquema de organização comercial e uma política aduaneira firme, meios pelos quais se procura intensificar ao máximo o consumo, nas Colónias, da produção nacional, eis que nos bate à porta êste temível concorrente cuja tática de fabricar e de comerciar lhe permite saltar a pés juntos as barreiras alfandegárias que os países estrangeiros lhe vão opondo sem êxito apreciável.

A produção japonesa é quasi sempre de quali-

dade extremamente baixa. Porém os preços envilecem-se em números que desmoralizam por completo o produtor concorrente, por maior que seja a sua ciência, inteligência e resistência económica.

Tivemos ocasião de assistir, nos primeiros anos após a guerra mundial, à sistemática invasão do produto amarelo nos mercados da Índia. Não tinha ainda, por esse tempo, a produção japonesa a prosápia de conquistar, em muitas zonas do seu fabrico, o consumidor branco, de gosto exigente, habituado à mercadoria bem acabada e apresentada. Porém o índio já estava consumindo «japonês» em grande escala, pois os vilíssimos preços do artigo vinham ao encontro do reduzido poder de compra do consumidor asiático. Assim a vaga rolou por sobre a China e a Indo-China, e veio à Índia, batendo todos os

De um elucidativo estudo de Hector Agosti, de que a revista *Indústria Portuguesa* no seu número de Janeiro faz um interessante resumo, reproduzimos as seguintes informações que dão bem a ideia do «panorama» da produção europeia:

«A indústria europeia vive sob a ameaça do produto japonês. O «dumping» nipónico tomou características curiosas. Quere a demolição do industrial europeu e já muito tem conseguido. Os estados da Europa ou se resolvem a tomar medidas de extrema violência, ou, em breve, terão a juntar às dificuldades de momento, uma catástrofe ainda mais grave: a paralisação de muitas fábricas e liquidação de grandes emprêsas.

Os japoneses, por exemplo, já estão fazendo



Altos Fornos em Kyushu—(vista parcial)

países industriais que topou na concorrência, e na sua marcha triunfante já atravessou os grandes oceanos, para derrotar nos seus próprios domínios, isto é, nos seus mercados nacionais, as indústrias da Europa e da América.

Por toda a parte se grita contra o «dumping» japonês, e cerram-se as fileiras nos meios industriais, anatematizando-se esse diabólico fabricante amarelo sob os apodos de desleal e deshumano, porque produz inexgotavelmente por preços inconcebíveis... fleumáticamente, paulatinamente, porém, o impassível Japão medita com paciência e persistência nos processos eficazes de alargar, cada vez mais, a sua clientela mundial, importando-lhe não já apenas as preferências do público como também o aperfeiçoamento dos produtos fabricados.

No campo da propaganda comercial também o Japão não adormecê. No ramo da sêda, por exemplo, é surpreendente o que a publicidade japonesa tem feito nos últimos tempos editando as mais luxuosas publicações ilustradas, catálogos, revistas, etc., redigidas quasi sempre em inglês, com o propósito de divulgar por todo o mundo os primores da indústria do Império do Sol Nascente.

É evidente que nesta rude batalha o mais prejudicado é o fabrico europeu.

isto: em Amsterdão, vendem lâmpadas eléctricas a 3\$00, pouco mais; nas Índias holandesas estão a oferecer bicicletas a 80\$00.

O Japão vende artigos de cutelaria, em Inglaterra, a metade dos preços mais baixos que a indústria inglesa pode produzir. Vendem os japoneses, pneumáticos para bicicletas ao preço de 9\$20.

Parecia que o «dumping» japonês se restringia a meia dúzia de artigos. Não é assim.

Alargou a sua área de ataque. Sêda crúa, fios e tecidos de algodão, porcelana, carvão, sêda artificial, objectos de ferro ou de aço, tudo lhes serve para o desenvolvimento da sua acção.

Os Checo-Eslovacos tinham privilégios especiais em matéria de indústria vidreira? Pois os japoneses estão a pontos de a baterem. A Suíça detinha a clássica indústria dos relógios? Pois aos japoneses pouco falta para dominá-la. A Suíça pode comprar relógios de bolso ou de parede a 20\$00 o quilo. Claro que não se trata de qualidades superiores, mas o facto é que o produto vende-se bem. Os relojoeiros suíços levaram, de princípio, o caso a rir, mas agora andam amedrontados.

Até na Alemanha o japonês está a vencer, e já lá vai a caminho da América. Depois, foi bater as indústrias nos seus próprios mercados internos.

Tem formas curiosas e práticas de trabalho. Com o Brasil, por exemplo: em troca de algodão e man-ganés, vai fabricar uma frota de guerra com 35 unidades. E, se fôr preciso, faz-lhe a construção de um arsenal.

O Mediterrâneo e a Índia estão invadidos pelos produtos de algodão japonês. Em relação a 1931, na Palestina, Síria, Arábia e Irack aumentaram as im-



Yokoama—Oficina para exame da seda em fio

portações do Japão em 64 %. Na Índia os algodões ingleses passaram de 98 % para 56 % a favor dos nipónicos. O Japão compra à Índia algodão em bruto e vende-lho manufacturado. No arquipélago Malaio o japonês bateu o britânico.

E está a bater o próprio mercado interior inglês com as suas sêdas artificiais. A Itália, que era a especialista dêste produto, anda aterrada. Um exemplo de como o Japão está a trabalhar: a produção de sêda artificial, há seis anos, era de 2,7 milhões de quilos. Está hoje em 34 milhões de quilos.

O plano do imperialismo oriental vem desenvolvendo-se com uma orientação segura para a guerra. Já nos princípios da agressão à China se planeou na Argentina a instalação de frigoríficos na cidade de Mar da Prata e das Palmas, construídos com capitais japoneses e destinados a prover os seus exércitos invasores. Desde então, começaram as exportações de produtos argentinos, especialmente carnes congeladas e conservas, cereais e forragens.

Nos primeiros meses do ano passado, visitou o Rio da Prata um enviado especial do Governo Japonês. A missão de «amizade» dêste embaixador, Jiro Yamasaki, consistiu em organizar a introdução nipónica, estudando as possibilidades «directas», quer dizer, as condições de entendimento com os governos daquele país.

Estes factos traduzem etapas graduais, no desenvolvimento da penetração imperialista japonesa na América Latina. Poder-se ia chamar-lhe «a preparação».

Entrou-se agora na fase da guerra económica declarada, aberta. Em Montevideu acaba de se constituir a Câmara de Comércio Uruguáio-Japonesa.

No Brasil desenvolve-se um plano de colonização japonesa estabelecida ao longo do litoral. Em Buenos-Aires constituem-se companhias comerciais encarregadas de assegurar o tráfico com o Império.

Se se tiver em conta esta «guerra económica», já declarada entre o Japão e a Inglaterra, não é para estranhar que sejam precisamente a Argentina e o Brasil os portos onde se queira sustentar, de preferência, a invasão económica do Sol Nascente.

A Argentina constitue um ponto de apoio para o ataque ao centro nervoso do imperialismo britânico na América do Sul. Daí o quererem convertê-la em centro de irradiação e dedicarem-lhe atenções especiais.

No quadro que vai seguir-se verifica-se o índice de aumento das exportações japonesas na Argentina.

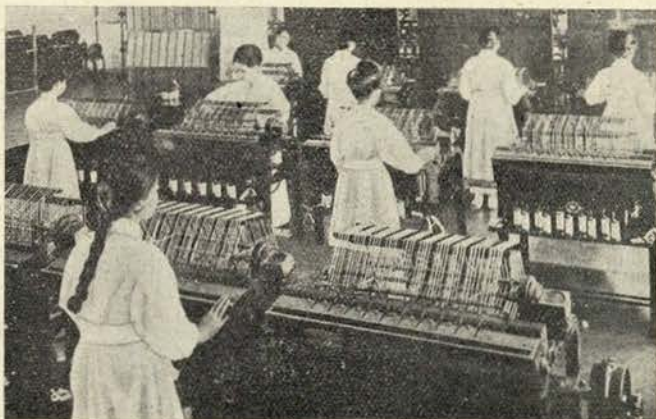
Mas o intercâmbio comercial argentino-nipónico é negativo para aquele país sul-americano. Em 1932 atingiu 8.227.613 pesos, correspondendo às importações de manufacturas japonesas 6.048.246 e as exportações de produtos argentinos 2.179.367 pesos.

Vejamos pois:

O total das exportações japonesas nos países latino-americanos no 1.º semestre de 1932 em relação a igual período de 1933, triplicou.

E assim:

	1.º semestre 1932	1.º semestre 1933
Argentina.....	2.086.000	6.297.000
Brasil.....	642.000	1.385.000
Chile.....	143.000	617.000
Cuba.....	422.000	1.015.000
México.....	199.000	588.000
Panamá.....	194.000	455.000
Perú.....	399.000	1.857.000
Uruguay.....	171.000	606.000
	4.256.000	12.820.000



Yokoama—Outra oficina para exame da seda em fio

Estes números, ainda que significando o crescimento do comércio japonês de exportação para os países da América do Sul, estão longe de mostrar a completa transcendência do problema. Mostram apenas o começo de uma ofensiva calculada nos seus menores detalhes. Estes números representam o ponto de apoio para um próximo impulso.

A América do Sul assiste pois, repetimos, a uma intensa campanha de penetração económica, realizada pelo imperialismo japonês.

Estamos em vésperas de uma nova conflagração. Os países da América Central e do Sul adquirem um singular valor para o imperialismo. A América do Sul é um campo de operações, de reservas, é uma posição estratégica. Os estados imperialistas disputam os seus domínios. Os Estados Unidos promovem a conferência Pan-Americana; a Inglaterra prepara a incorporação da Argentina na Sociedade das Nações, depois de ter obtido o Pacto Roca.

As informações mais recentes dizem-nos que a organização exportadora japonesa, conhecida com o nome de «Junta de Estímulo das Exportações», decidiu enviar representantes para abrir novos horizontes ao comércio nipónico nas repúblicas latino-americanas.

O Ministério do Comércio do Império, tem, por seu lado, a vontade de solicitar, para o novo orçamento, uma concessão de 6.179.000 «yens», para financiar os esforços de fomento comercial externo. O sentido desta beligerância económica nota-se nas declarações formuladas pelos industriais de Osaka. A realização de tão grandes esforços tem por fim desalojar a Inglaterra dos mercados latino-americanos. Mas estes mesmos industriais encarregam-se de assinalar que «se trata também de competir enérgicamente com os produtos norte-americanos».

Por seu lado o jornalista W. C. Quisemberry, numa correspondência especial para *La Prensa*, de Buenos-Aíres, destaca, nos seguintes termos, a opinião inglesa:

«O continente sul-americano será, dentro em pouco, teatro de uma das maiores lutas comerciais

O confronto destas duas opiniões, originárias de fontes antagónicas, marca o carácter particularmente agressivo da penetração japonesa nos mercados americanos e apresenta-se como uma etapa mais



Japão—Uma oficina para fabrico de tecidos de lã

da luta imperialista para a nova divisão do mundo.

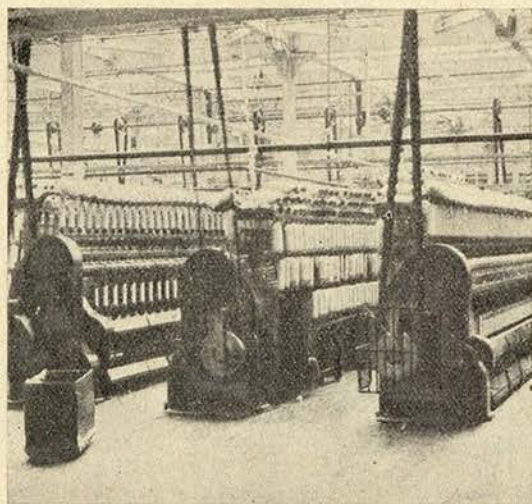
Tudo isto, porém, não reflete a total magnitude da questão, que deve considerar-se em desenvolvimento do impulso inicial».



Há pouco realizou-se em Mulhouse uma sessão do Comité Internacional do Algodão. O representante japonês, Okada, defendendo o seu país das acusações que dirigiam à sua política manufacturera, declarou que o Japão *vendia nos mercados externos aos mesmos preços do seu mercado interno*. Contudo, reconhecia que várias circunstâncias contribuíam poderosamente para os baixos preços da produção japonesa: e citava o baixo câmbio do «yen», o nível de vida dos trabalhadores japoneses, a natureza da mão-de-obra empregada, constituída na sua maior parte por raparigas, de 14 a 22 anos, que vêm dos campos para os grandes centros fabris do Japão, em busca de um pequeno pecúlio que lhes sirva de dote de casamento, e — finalmente — a excelente organização industrial que o Japão montou com óptimos resultados.

A's explicações prestadas pelo representante japonês respondeu um dos delegados franceses, declarando que o Japão produzia em condições tais que a solução não se poderia conseguir nem por uma maior compressão nos preços de custo nem mesmo pela elevação de direitos alfandegários, pois não havia direitos capazes de preencher o fôlso profundo que separava os preços da produção francesa, dos da japonesa. Nesta conformidade, êle, delegado francês, opinava abertamente pelo regime dos «contingentes», em seu entender — *a única arma eficaz contra a invasão da mercadoria japonesa*.

Não é de estranhar esta atitude, por quanto todos temos visto como tal regime é particularmente



Uma formidável instalação de fusos numa das mais importantes fábricas de tecidos de algodão pertencente à Companhia de Fiação «Kanegafuchi» — (Japão)

internacionais dos últimos anos. Trata-se da luta que a Inglaterra e o Japão estão presentemente travando pelo comércio da Índia e que, depressa, se transferirá para a América do Sul».

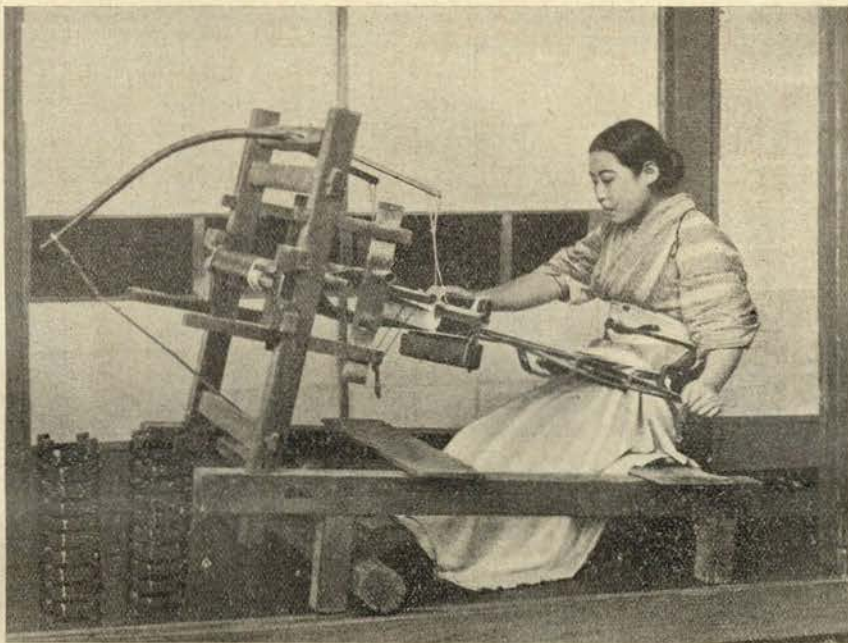
caro aos orientadores da economia francesa, e de que a França tanto tem usado e abusado...



Vivia o velho Japão encerrado nos seus hábitos medievos, numa opposição sistemática a qualquer contacto com o mundo exterior, quiçá mal recordado de certa visita que no ano da graça de 1542 lhe fi-

mitando e multiplicando ao infinito o «gesto» de 1853, e ao abrigo do pendão raiado de vermelho, as naveas dos amarelos atestadas de mercadorias, viram a proa ao Indico e ao Pacifico, nos mais pacificos propósitos de fazer comércio...

Aos netos dos daimios de outrora deve ter sido transmitida a herança tremenda de pagar com juros de ódio represado, aquela insólita visita do almirante americano ao Dai-Nippon, e a humilhação sem nome



Japão—Rapariga do campo tecendo seda num velho tear caseiro, para aumentar os proventos da família

zeram três portugueses—António da Mota, Francisco Xeimoto e António Peixoto—e mais tarde, em 1549, o santo missionário Francisco Xavier, quando, por volta de 1853, quatro navios americanos sob o comando do almirante Perry, ancoraram nas águas defesas do Japão, desobedecendo à ordem de retirar. Voltou o dito Perry no ano seguinte, desta vez mais bem armado—dez navios a vapor—e, sob a ameaça dos canhões de goela hiante, assestados para terra, obrigou o Japão, à fôrça, a rasgar de par em par as suas portas ao comércio do mundo. Estava quebrado para sempre o encanto—e a velha terra dos daimios enguliu a afronta com assomos de cólera mal contida.

Volvidos oitenta anos eis que se invertem singularmente os termos. Quêda-se o nosso espírito surpreendido ante o parêlho das atitudes: o ocidental de hoje a esboçar o mesmo gesto dos japões de ontem.

de ter que franquear os portões sagrados do seu lar milenário ao primeiro aventureiro que passa.



—Ei-los que nos batem à porta, a pagar a velha visita em dívida. Noutras circunstâncias a cerimónia ser-nos-ia muito agradável, porque sempre entre o Japão e Portugal existiu uma cordealíssima simpatia—que data de quatro séculos; Seja, porém, como for, *noblesse oblige*, dizem os franceses, e ante o inesperado da visita seria canhestro *perder a linha*...

Pois, muito bem! Em troca de alguns dos seus produtos que não fabricamos ou não nos vale a pena fabricar *ôo* que nos poderá comprar o nosso amigo Japão?

A resposta ao livro do hungaro

A Comissão africana da Sociedade de Geografia, tendo tomado conhecimento da recente publicação de um livro subscrito por um escritor hungaro sôbre as Colónias Portuguesas, livro no qual o autor diz apoiar-se em informações e elementos fornecidos por organismos e individualidades portuguesas, re-

solveu tomar a iniciativa dum vigoroso protesto contra os detractores da nossa obra colonial. Esta resolução será praticamente efectivada por meio duma publicação em francês e inglês, com larga divulgação e na qual se oponham factos indiscutíveis aos falsos factos organizados pelos numerosos detractores da obra colonial portuguesa, com objectivos políticos, visíveis e claros...

MUITO se tem escrito sobre o momentoso assunto da Convenção com o Transvaal, sendo de primordial importância o capítulo sobre a emigração dos indígenas portugueses para as minas do Rand.

Variadíssimos alvítres pretendem ou forçar uma nova convenção ou aguentar o abalo produzido na economia da Colónia, caso essa convenção se não realize.

Já em letra redonda se tem preconizado, entre

dos nesse regime de chuvas, tendo como base de alimentação o milho, a mandioca, a batata doce e o amendoim.

Estes factos, que são factos, levam-nos a pensar que um indígena que consegue cultivar a sua pequena propriedade de milho ou de amendoim, poderia cultivar e colher uma quantidade maior, nêsse mesmo regime de escassês de chuvas, se amanhasse e ce-measse um maior trato de terreno.

Vários processos têm sido applicados e com êxito para contrariar a falta de humidade no terreno, entre eles a «lavoura sêca».

Porque não havemos nós de tentar estabelecer êsse sistema nesses distritos? Precisavamos para isso de intensificar a assistência agrícola aos indígenas, dotando os serviços de Agricultura com mais pessoal técnico e auxiliando-os de maneira a poderem fornecer aos indígenas, de princípio gratuitamente, mais tarde por venda a longo prazo, alfaías agrícolas simples, charruas, semeadores, grades, etc., estabelecendo postos experimentais, destinados ao ensino de animais de trabalho e ao fabrico de acessórios de lavoura que indispensável é que os indígenas aprendam a fabricar com os recursos locais, não pomenorizando mais êste capítulo por já êle estar desenvolvido noutro artigo que nesta mesma Revista publiquei com o título «Agricultura feita pelo indígena em seu próprio proveito» ideias que depois, com prazer vi perfilhadas por outras pessoas que se interessam pelas coisas coloniais.

A convenção com a Africa do Sul e a agricultura indígena

POR AMÉRICO BAPTISTA DE SOUSA

Diplomado pela Escola Superior Colonial

outras, o pagamento de impostos em gêneros, que só pode prejudicar economicamente o indígena e o Estado; outro alvítre consistia no aumento de salários aos trabalhadores indígenas, proposta absolutamente irrealizável nêste momento em que seria para desejar uma redução nesses mesmos salários.

Outros proclamam a necessidade da diminuição do imposto. Traria essa diminuição uma correspondente redução nas receitas do Estado, agravando mais as dificuldades financeiras presentes.

O que me parece indispensável é facilitarmos ao indígena os meios de, pelo seu trabalho, conseguir o suficiente para pagar os seus impostos ao Estado, sentir que se trabalhar na sua terra, junto da sua família ao ar e ao sol, pode viver e ganhar tanto como se estivesse a muitas dezenas de metros abaixo do solo longe da sua terra, sem ar nem luz, vida de toupeira que lentamente o enfraquece e mata.



Defendem-se os trabalhos de irrigação no sul da Colónia, argumentando-se com a escassa e irregular chuva que cai nos distritos de Lourenço Marques e Inhambane.

Em parte isso é um facto, pois as chuvas variam, segundo observações colhidas em doze postos meteorológicos do distrito de Lourenço Marques, de 584 a 988 mm., distribuídos num espaço de tempo que vai de 46 dias em Bela Vista a 85 dias na capital da Colónia.

Em Inhambane, de médias observadas em nove postos, as chuvas variam entre 679 a 1195 mm., e a sua distribuição anual vai de 54 dias em Panda a 100 dias na Ponta da Barra.

É realmente pouco, mas é um facto terem vivido os autóctones, alimentando-se com produtos cultiva-

dam a fabricar com os recursos locais, não pomenorizando mais êste capítulo por já êle estar desenvolvido noutro artigo que nesta mesma Revista publiquei com o título «Agricultura feita pelo indígena em seu próprio proveito» ideias que depois, com prazer vi perfilhadas por outras pessoas que se interessam pelas coisas coloniais.

É renitente o homem do sul ao trabalho da terra, considerando-o desprezível, só próprio para a mulher que êle indirectamente comprou ao sogro e a quem considera um pouco como sua escrava.

Mas é o trabalho da enchada. Se nós dermos a um landim uma charrua, se lhe ensinarmos os seus bois a puchá-la, se êle vir num dia um trabalho feito que levaria duas semanas à sua mulher, alisado numa hora e semeado na hora seguinte, o homem já não acha desprezível o serviço do campo, porque êle se tornou atraente e mostrou imediatamente o que poderá ser a colheita e os seus possíveis proveitos.

Esta é a primeira parte.

Uma interrogação agora surge: e esses produtos que o indígena cultiva e colherá em maior quantidade, quem lhos vai comprar? Quais serão os produtos que mais valerá cultivar por terem mais fácil colocação?

A meu ver dever-se-iam escolher, entre outros, dois produtos que o indígena já conhece: o milho e o amendoim.

Um afolhamento simples constituído por esses dois produtos, incluindo nêle um terceiro ano de poucio cultivado, seria favêl o preferível. Os solos do sul da Colónia são apropriados à cultura do amendoim; essa mesma cultura tem a vantagem de fornecer o azote à terra, favorecendo assim o seguinte afolhamento de milho.

Para tudo isto é indispensável dinheiro, dinheiro que não devemos ter receio de gastar. O aumento dos rendimentos da exportação, a maior facilidade

Um concurso para diplomas a conferir aos expositores

Publicamos a seguir a circular referente à abertura de um concurso para a confecção dum diploma a conferir aos expositores da Grande Exposição Colonial a realizar no Palácio de Cristal, do Porto:

«Como certamente é do conhecimento de V. Ex.^a deve realizar-se este ano, de Junho a Setembro na cidade do Porto, a 1.^a Exposição Colonial Portuguesa.

Resolveu a Direcção abrir um concurso limitado, para a confecção dum diploma a conferir aos Expositores oficiais e particulares, nas seguintes condições:

FORMATO:—Meio metro quadrado aproximadamente, ficando ao gosto do artista fazer o desenho ao alto ou no sentido horizontal.

CÓRES:—Sépie, castanho ou azul (uma só cor), com alegorias ou frisos dourados, para impressão fotolitográfica.

MOTIVO:—Alegoria colonial com forte expressão moderna (sem futurismo), que marque a acção colonizadora nacional. Não serão considerados os projectos que contenham caravelas, padrões, alegorias em estilo manuelino e composições com referências ao passado, sendo todavia permitida a reprodução do emblema da Exposição: a Ordem do Império Colonial.

DIZERES:—1.^a Exposição Colonial Portuguesa — Porto 1934. Diploma de conferido a no grupo Classe

—O juri de recompensas², espaço para cinco nomes.
RECOMPENSAS:—Ao projecto aprovado 700 escudos; aos projectos classificados em segundo e terceiro lugar, 200 e 100 escudos, respectivamente. A importância do primeiro prémio só é entregue ao autor do desenho que esteja em condições de ser confiado à litografia.

PRASO:—A recepção dos projectos termina no dia quinze de Março podendo ser entregues no Porto ou em Lisboa, encerrados em envelopes lacrados, com ddivisa — acompanhados duma carta do concorrente com a indicação do nome, morada e quaisquer explicações.

Os projectos que, embora não sejam aprovados, forem considerados dignos disso, serão expostos ao público em local escolhido na Exposição, com excepção, dos que, pelos seus autores, não forem autorizados.

Na Agência Geral das Colónias, em Lisboa, podem ser consultados os diplomas que ao mesmo organismo forem conferidos em exposições nacionais e internacionais, para orientação.

Se o assunto interessar a V. Ex.^a fica por esta circular convidado a concorrer.

O Director da Exposição — Henrique Galvão».

nota ou ofício que tivesse ficado debaixo de um pisa-papeis.

A Colónia, em face da Convenção olha hoje para a Sua Excelência o Ministro das Colónias com o mesmo olhar de Fé e Esperança que Portugal teve para o seu Ministro das Finanças em face do melindre de Genebra.

para o indígena de pagar o imposto, um maior movimento comercial, são factores de riqueza e prosperidade para a Colónia.

Está a agricultura colonial passando por uma fase de dificuldades de toda a ordem produzidas pelas baixas cotações dos géneros que produz. Comparando o agricultor europeu, quer isolado, quer constituindo companhias de exploração agrícola, que tem que pagar salários aos seus trabalhadores, todas as mais despesas inerentes à exploração e o agricultor indígena fazendo êle próprio a sua cultura, sem pagar salários e com as suas despesas reduzidas ao mínimo, está este último em muito melhores condições económicas para vencer a baixa dos produtos.

Isto é uma afirmação que não precisa demonstração.

O que seria a quantidade de toneladas de produtos, se o indígena do sul, com a sua riqueza em gado vacum, fôsse levado e auxiliado por essa força improdutiva à ajuda do seu braço?

Tudo o que fica escrito vem a propósito do assunto que presentemente constitue o ponto de partida das opiniões mais opostas e que preoccupa neste momento o pensamento geral dos que nesta colónia de Moçambique trabalham: a Convenção.

Parece-me que não nos devemos preocupar em demasia com a renovação ou não renovação dessa Convenção. Nem pensemos em forçá-la com projectos grandiosos de trabalhos de irrigação que custam muito dinheiro que a Colónia não tem e que embora a mãe Pátria lho podesse arranjar, isso viria a constituir um enorme encargo de que ela dificilmente se veria livre.

Não apertemos as mãos na cabeça e não fiquemos a pedir aos deuses da Emigração que a convenção seja renovada.

Convençamo-nos uma vez de que ela será renovada ou não conforme os interesses dos nossos vizinhos da África do Sul e mais nada. Nós é que não devemos ficar eternamente a constatar que os outros se aproveitam das nossas imprevidências.

É preciso que Portugal mostre, como ainda há pouco o fez, que pode, se quizer, se pensar um pouco no caso, resolver dentro da sua casa, em família, as questões dessa mesma vida, dessa mesma casa, dessa mesma família.

O que me parece possível é que, com um décimo daquilo que se gastaria nessa obra dispendiosíssima da irrigação do vale do Limpopo, nós poderíamos iniciar a obra grandiosa de trazeremos ao indígena o amor da terra pelo trabalho, banindo assim a desnacionalização e a tuberculose, as duas pestes que êle traz das Minas e que de maneira nenhuma compensam os proventos e «sossêgo financeiro» que em troca nos dá a Convenção.

Mãos à obra.

Que a repartição de Agricultura — que eu entendo ser o mais importante serviço da Colónia, de todas as Colónias Africanas, e que certamente estará disposta a auxiliar esta obra com todo o carinho se lhe derem uma dotação para assistência agrícola «que corresponda *praticamente* à grandiosidade da obra a realizar» — ajude com os seus conhecimentos técnicos, sem lhe levantarem peias burocráticas que dificultem a sua tarefa, que tem que se fazer com método. Mas rapidamente, para não se dar o caso de, quando chegar o momento da semente ser lançada à terra não estar a terra preparada por falta de qualquer

Página literária

ESTALARA a rebelião. Ia principiar a guerra. Era em fins de Agosto de 1894. Em Lourenço Marques, reduzida a uma força de polícia europeia e alguns soldados indígenas, o caso de Angoane causou alarme. O posto foi reforçado com 12 soldados de cavalaria da polícia

e um destacamento de caçadores n.º 3 da província. A cidade tomou também as suas precauções de defesa. O navio de guerra *Neves Ferreira* e a lancha-canhoneira *Xefina* tomaram posições no Incomati. Convidados alguns régulos, dos reputados fiéis, a apresentarem as suas forças, todos se recusaram com evasivas várias. A situação esclarecia-se.

Entretanto, nos sertões, Mamatibjane, o régulo de Zixaxe e indigitado caudilho da rebelião, convocava o seu conselho de indunas e, entre gritos selvagens de júbilo, decretava-se a guerra contra os portugueses.

O governador geral veio então logo a Lourenço Marques assegurar-lhe a defesa. Reüniram-se contingentes de caçadores n.ºs 1, 3 e 4 da província, pois se julgava que bastavam os recursos próprios para debelar a revolta.

Mas Angoane era entretanto assaltada. Com a notícia tal pânico se espalhou em Lourenço Marques que o governador mandou armar os habitantes, desembarcar a marinhagem da *Rainha de Portugal* e estabelecer essas improvisadas forças pelas barricadas já erguidas nas saídas da cidade. Depois resolveu-se mandar recolher, por inútil, a guarnição de Angoane, tam necessária à concentração de defesa na própria cidade ameaçada.

Começou então uma vigilância aturadíssima. Os postos de defesa eram ocupados tôdas as noites. Viu-se numa atmosfera de alarme e de incerteza.

A 4 de Outubro, em pleno dia, os revoltosos aproximaram-se da cidade. A 8 houve nova correria no sítio da Polana, com chacina de 22 pessoas; mas, alvejados pela artilharia, os atacantes retiraram.

Eram simples reconhecimentos do gentio. Então, para dar unidade e nervo à defesa, foi o tenente-coronel Araújo nomeado comandante militar da ci-

HISTÓRIA DOS NOSSOS DIAS...

A REBELIÃO DOS RÉGULOS VIZINHOS DE LOURENÇO MARQUES. — ATAQUE À CIDADE.

Uma página do livro **Portugal Militar**, de *Carlos Selvagem*.

dade; e logo se tratou da construção duma linha de 12 *block-haus*, com artilharia e metralhadoras, que dominassem com seus fogos cruzados as principais linhas de acesso à cidade. Essa linha de *block-haus*, as barricadas, uma locomotiva e um vagão com gente armada e outra locomotiva com uma zorra artilhada, para as rondas constantes à linha, constituíam a organização defensiva. O serviço de vigilância foi-se disciplinando pouco a pouco. Deixou de haver rebates falsos.

Já então em Portugal o batalhão de caçadores n.º 2 se preparava para vir a Moçambique. A notícia levantou o ânimo da população.

Finalmente a 14 de Outubro, pelas nove horas da manhã, as hordas negras dos rebeldes deram o seu assalto geral à cidade. Foi o silvo agudo das locomotivas que chamou os defensores às barricadas. Mas a princípio a população desvairou-se, e só os marinheiros e praças da polícia deram o exemplo de serenidade, indo ocupar debaixo de forma os seus postos nos *block-haus*. Essa calma e disciplina animou os paisanos armados. Pouco a pouco todos retomaram os seus postos; e quando o principal ataque dos cafres se pronunciou na esquerda da linha de defesa, todos os *block-haus* e barricadas dêsse flanco romperam vivíssimo fogo de artilharia e fuzilaria que produziu numerosas baixas nos *impis* assaltantes, quebrando-lhes os primeiros ímpetos. Depois de uma hora de combate a hesitação desmorlizou-os e a retirada tornou-se geral.

Estava salva Lourenço Marques, porque os rebeldes, já desanimados e mal se entendendo entre si, não tornaram a tentar mais assaltos; e também porque a 10 de Novembro chegavam da metrópole um batalhão de caçadores n.º 2 e uma bataria de montanha, na força de 650 homens, e pouco depois um contingente de infantaria de Angola, na força de 300 praças.

Estes importantes reforços restituíram à população a calma e a confiança. Mas a enérgica ofensiva que se devia ter logo ordenado, infelizmente não se realizou.

Na 1.ª Exposição Colonial Portuguesa

Durante os meses de Julho e Agosto de 1954 realisar-se-ão no recinto da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa (Pôrto) os seguintes concursos de arte colonial.

- I — Pintura
- II — Escultura
- III — Architectura

As condições em que se realiza o concurso, são as seguintes:

1.º — O concurso é limitado a artistas de nacionalidade portuguesa residentes na Metropole ou nas Colónias, sobre assuntos, idéas ou motivos de carácter nitidamente colonial.

2.º — Os artistas que desejarem concorrer deverão enviar por escrito, até 30 de Abril, ao Director Técnico da Exposição, uma declaração em que conste a sua inscrição como concorrente, a categoria em que se inscrevem e uma nota das obras com que concorrem, indicando as respectivas dimensões.

3.º — A propriedade das obras apresentadas, premiadas ou não, pertence aos autores respectivos.

4.º — É permitido aos concorrentes vender as suas obras durante o período de exhibição que precederá o concurso. Todavia o Estado terá sempre o direito de prioridade na compra e os autores não as poderão retirar antes de encerrada a Exposição.

5.º — As obras devem ser entregues até 31 de Maio de 1954 ao Director Técnico da Exposição, que delas passará recibo.

6.º — Um júri constituído por dois artistas de reconhecida idoneidade, um colonialista e um homem de letras, sob a presidência do Director Técnico, classificará, dentro de cada categoria, durante o mês de Agosto, as obras apresentadas a concurso.

7.º — Das decisões do júri não há recurso.

8.º — O Director Técnico, ouvido o parecer do júri, poderá recusar a admissão ao concurso às obras consideradas inferiores ou que por qualquer motivo não obedeçam às condições do concurso.

9.º — São estabelecidos os seguintes prémios:

I — **Pintura**: Diploma de hora e mil escudos à obra classificada em 1.º lugar. Diplomas de honra às obras classificadas em 2.º e 3.º lugar. Menções honrosas às obras classificadas em 4.º, 5. e 6.º lugar.

II — **Escultura**: Diploma de honra e mil escudos à obra classificada em 1.º lugar. Diplomas de honra às obras classificadas em 2.º e 3.º lugar. Menções honrosas às obras classificadas em 4.º e 5.º lugar.

III — **Arquitectura**: Diploma de honra e mil escudos ao melhor projecto de «Casa para colono português em África». Diploma de honra e mil escudos ao melhor projecto de arquitectura monumental aplicável a grandes edificios públicos. Diplomas de honra aos 2.º e 3.º classificados de cada grupo.

Serão preferidas as obras que além de satisfazerem às condições architectónicas de segurança, simplicidade, conforto e valor artístico, compreendam a



O Sr. Ministro das Colónias, acompanhado pelo Director técnico, Sr. Henrique Galvão, e pelos membros das Comissões Organizadoras e Executiva, inspeccionando os trabalhos da próxima Exposição Colonial na cidade do Pôrto.

Cantares do Povo

Publicámos na Página Literária do nosso último número alguns versos encantadores que então atribuímos a humilde poeta anónimo, nado e criado no paraíso minhoto.

Afinal o poeta surgiu do anonimato e revelou-se um fidalgo que, pelos modos, não o é só na linhagem como também na sua requintada sensibilidade—o sr. Conde de Vilas-Boas.

Do que então dissemos, não há que rectificar. Ha apenas que bem-dizer da feliz inspiração do autor da composição poética, que tão bem soube falar a linguagem simples do Povo, para que o Povo pudesse apreender o profundo sentido nacionalista do seu lirismo saudável e bem português. Bem haja!



Uma lamentável gralha estropiou o primeiro verso da quinta quadra que deve ler-se assim

*Nós, como elas, filhas queridas
Duma só Pátria grande e imortal,
Nós e mais elas, tôdas unidas,
Somos um todo que é Portugal.*

adaptação racional dos estilos portugueses ao meio africano.

10.º — As dimensões das obras apresentadas nas categorias de Pintura e Architectura não deverão exceder dois metros quadrados em superfície.

11.º — Todas as obras destas categorias devem ser apresentadas devidamente emolduradas.

12.º — As obras serão recebidas em Lisboa na Agência Geral das Colónias (Rua da Prata 34-1.º) até 20 de Maio, ou no Pôrto, sede da Exposição, até 31 do mesmo mês.

DA IMPRENSA

IMPRENSA
ESTRAN-
GEIRA

TRANS

A ideia colonial surge do desejo de prosperidade e da ambição de poderio de um povo: quando o móbil de uma colonização está unicamente na miragem de uma conquista de prestígio e de força que se encontra, de facto, em condições desfavoráveis, então a ideia colonial passa a ser o resultado de um conjunto de qualidades—confiança no futuro, fé em nós mesmos, audácia, adextramento para a luta, certeza de vitória,—que nobilitam a colonização, fazendo-a atingir o cúmulo do heroísmo.

A colonização italiana pertence a esta espécie, não podendo portanto deixar de exercer uma particular fascinação no espírito da mocidade que, desdenhando a vida sem altruísmo nem actos de coragem, aprecia acima de tudo o prazer da acção e a beleza das empresas arriscadas mas aureoladas de glória. Assim criada e educada no "clima", da revolução fascista, assistiu primeiramente à reconquista dos territórios que a Itália já ocupara em África de que foram abandonados durante a Guerra e, em seguida, à conquista integral das nossas colónias africanas; finalmente, ao seu fortalecimento económico e político.

É este um património que embora materialmente pouco rendoso, não deixa de ser estimável e que é dever conservar e melhorar.

É necessário, pois, que ao ímpeto e entusiasmo próprio da juventude se junte o estudo aturado e cuidado, da colonização nos seus aspectos históricos, e o conhecimento dos nossos problemas coloniais e dos países que nos precederam nas conquistas do Ultramar, para que assim possam estabelecer confrontos que—declarémo-lo tranquilamente—serão todos a nosso favor.

A história dos nossos pioneiros pode dizer-se que é a história de grande parte da África, mas sobretudo é a afirmação de um pensamento cheio de ideal no meio do triunfante materialismo do último quartel do século passado. Essa história é um documento de orgulho para todo o italiano.

Com os pioneiros têm também de ser enaltecidos os que baquearam nas guerras africanas, desde os de Dogali aos últimos de Cufra, representando todos, eles admiráveis exemplos de um dever serenamente cumprido, sem os irresistíveis incitamentos que animam os combatentes que lutam em defesa das fronteiras da Mãe-Pátria.

O estudo da História devia ser acompanhado do estudo da Geografia africana, das raças que habitam as nossas colónias e o das religiões indígenas, para se poder compreender a psicologia dos indígenas e para que a gente moça possa ter diante de si um quadro de ambiente verdadeiro, e faça uma ideia precisa de como e onde vivem as populações de cor sujeitas à nossa soberania, e

bem assim tantos italianos que para lá foram viver, fiéis servidores de uma Pátria longínqua.

Cumprida a preparação teórica conviria aos novos que aspiram a fervorosos colonizadores—(e deviam sê-lo todos)—dedicarem-se ao colonialismo prático, isto é—irem até às colónias para ali verificarem pessoalmente quanto trabalho está já realizado e quanto há ainda para fazer. A África deve ser o continente em moda. Em tempos idos o sonho de todos era fazer uma viagem a qualquer das capitais da Europa. Hoje já não deve ser assim: o futuro para nós italianos está em África. Se a gente nova for visitá-la, lá encontrará vestígios da antiga Roma, em Leptis e em Sabrata, e vestígios não menos eloquentes, embora diferentes, da Roma fascista, sobre as vastas e beneficiadas planícies da Tripolitânia e da Cirenaica; palpitará de emoção ante os obeliscos de mármore que recordam os mortos italianos, exploradores, pioneiros e soldados, caídos na Líbia, na Eritreia, na Somália, mortos de raça

branca, nossos irmãos de sangue e de religião, e mortos indígenas, soldados dedicados à Itália, para os quais se volve reverente o nosso pensamento: todos unidos num só destino em obediência aos mesmos ideais e aos mesmos deveres.

E quando em terras tripolitanas e cirenaicas, eritreas e somálias a nossa mocidade encontrar camponeses italianos orgulhosos da sua colonização e satisfeitos com o seu trabalho, então compreenderá que novas e grandes tarefas surgirão da inteligência futura.

Esses que forem, voltarão depois à Pátria cheios de orgulho por terem constatado que

as nossas não opulentas colónias serviram porém de prova das nossas capacidades, as quais nos podem convencer cada vez mais da necessidade e do direito de obtermos em África um mais amplo logradouro.

Entretanto é de utilidade constituírem-se os quadros do exército de colonizadores que um dia levará bem longe e bem alto o nome de Roma, pela actividade agrícola, comercial e industrial, coroarão da obra civilizadora que será feita pacificamente. Lembrem-se os rapazes novos que o Duce, falando aos nossos pioneiros líbicos durante a sua inolvidável visita de há sete anos, disse:

"Está nascendo em Itália uma nova geração, a geração moldada pelo fascismo. Poucas palavras e muitos factos. A tenacidade, a perseverança e o método, que são todas as virtudes para as quais parecíamos ter negação, devem acabar por ser, amanhã—e totalmente—as virtudes fundamentais do povo italiano. Sobre tudo nas Colónias, estas virtudes devem resplandecer—e serem principalmente sistemáticas e perseverantes."

Com este espírito de realização e de vontade com que o Duce nos tem habituado, preparem-se os rapazes para o dever que os espera e acaltem as suas esperanças na chama da ideia colonial. Estamos certos que não se arrependirão.

COLONIAL

CREVE-SE

IMPRENSA
PORTU-
GUESA

As nossas províncias ultramarinas, a que modernamente se chama colónias, são de vez em quando alvo quer do olhar cobiçoso dos povos imperialistas, quer das insinuações mais ou menos insidiosas de colonialistas estrangeiros.

Há bem pouco tempo era este o problema em foco com o início de negociações para o Pacto dos Quatro. Volta à tela da discussão com o livro do escritor húngaro Bohm.

Pode parecer à primeira vista que não faz grande sentido a nacionalidade húngara aliada à qualidade de colonialista. Mas não é bem isso que interessa de momento nem mesmo os outros detractores da nossa obra colonizadora falam ou não verdade. O que interessa por agora, e triste é dizê-lo, é saber-se, dizer-se claramente que os culpados, pelo menos da frequência dessas campanhas, somos nós.

Não é este o caso do momento que passa, mas em regra, quando os direitos dos portugueses à posse do domínio pleno das províncias ultramarinas são postos em dúvida, limitamo-nos mais a mais uma vez puxarmos pelos nossos pergaminhos, citar os nomes sempre presentes dos Gamas, dos Albuquerque, dos Pachecos e de tantos outros. Depois, tudo cai no esquecimento.

Salta ao primeiro olhar que não é isto o que interessa fazer. Toda a gente sabe que foram os portugueses quem descobriu os mares, que o mesmo é dizer a terra e nenhum escritor honesto nos pretende roubar essa glória—embora platónica—de termos revelado o Mundo à Europa e levado o espírito europeu a todas as partes do mundo. O mais elementar bom senso recomenda-lhes que não toquem em tal assunto. Foi exactamente por este ponto não ser discutível que se abandonou o critério que concedia o direito à posse pelo descobrimento por outro que apenas reconhecia esse direito pela ocupação.

Portugal, a única nação que se pretendia atingir com essa mudança de critério, teve de o aceitar como justo.

Após a guerra, com a criação do areópago de Genebra, várias vezes se tem discutido este magno problema, discussão essa levantada não somente pelos povos imperialistas—como são todos os povos de grande vitalidade—como até pelos que até há pouco foram colónias.

O facto de estarmos longe de qualquer crise sob este assunto por várias razões—algumas até a que nós próprios somos estranhos—não se pode dizer que sejam para desprezar estes sucessivos e injustificados ataques. O ambiente vai-se criando, pouco a pouco, até que num futuro mais ou menos afastado e sob qualquer pretexto, teremos de nos defender da ofensiva directa e inquietante das chancelarias.

De tudo isto somos nós, como acima digo, os únicos culpados. Colocando os navegadores e os guerreiros no pedestal mere-

cido, fomo-nos pouco a pouco esquecendo dessa outra pleiade, talvez menos brilhante para o vulgo, mas não menos heróica, que foi, com o esforço persistente de dia a dia, desprezo do perigo e sacrifício total de pessoas e bens pela nossa pátria, desbravando a África, o Brasil, o Tibet, civilizando o gentio onde quer que chegou.

Terminada a época das conquistas e não restando sobre o globo mais terras por descobrir, a nossa história teria perdido toda a sua grandeza e o seu ritmo heróico se não fôra a sobre-humana cruzada da colonização.

Mas uma das razões que tornam maiores esses cometimentos—a falta de publicidade—foi também, para nós, causa de grandes dissabores. Em época de decadência, de desinteresse nacional pela coisa pública, todos esses pioneiros da civilização se abandonaram, todos os seus serviços se esqueceram, todos os sacrifícios pareceram ignorados.

COLÓNIAS

Transcrito do "Diário de Lisboa,"
de 20 de Fevereiro de 1934

Daí o facto de, quando a colonização era fácil, as condições higiénicas foram melhoradas e a exploração parecia rendosa virem todas as nações, aquelas que nos tinham pirateado o comércio da Índia, que nos dificultam a pacificação da África e que tentaram apossar-se de territórios que nos pertenciam, afirmar ao mundo, abusando da falta de publicidade dos nossos feitos, que longe de realizarmos obra colonial, estávamos reduzidos a meros traficantes de escravos, piratas das costas, explorado-

res do gentio. Não opusemos em devida altura desmentido formal e fundamentado a essas acusações, todo o esforço dos nossos coloniais antigos e modernos o fomos ignorando e permitimos que estranhos o caluniassem. A continuarmos nesta apatia, sem apregoarmos bem alto ao mundo a nossa obra, as nossas qualidades de nação mãe de nações, a colónia medrará, crescerá, frutificará.

E quando nos encontrarmos em frente de acusações graves citaremos mais uma vez os Gamas e os Albuquerque. Entretanto vamo-nos esquecendo que, longe de continuarmos as lamentações mútuas, o que interessa é dizer a todo o mundo o que foi e o que é hoje a nossa obra, o nosso esforço pelas três partes do mundo por onde se encontram espalhadas as nossas províncias ultramarinas.

Por isto, a culpa é apenas nossa.

CARLOS COIMBRA.

Todos os portugueses devem visitar de Junho a Setembro a

1.ª Exposição Colonial Portuguesa

NO
PORTO

PORTUGAL COLONIAL

Serviço de Informações

NO intuito de servir os seus leitores das Colónias, a Administração da *Portugal Colonial* acaba de organizar um Serviço de Informações que doravante fica à sua disposição.

TODA a gente que vive no Ultramar tem uma compra, uma venda ou qualquer outra transacção ou diligência a realizar em Lisboa. Utilize o nosso Serviço de Informações e ficará satisfeito.

NÃO compre por catálogos. O vendedor tem apenas um interesse—*vender*—embora nem sempre o que mais convém ao cliente. Diga-nos o que deseja e informá-lo-emos criteriosamente.

NÃO incomode os seus amigos da Metrópole com pedidos que nós poderemos satisfazer melhor do que eles. O nosso Serviço de Informações escolherá a seu contento o que deseja.

SE quer saber preços e qualidades do que se vende ou se compra em Lisboa, se quer orçamentos ou estimativas, escreva-nos. O nosso Serviço de Informações está apto a responder-lhe.

TUDO o que exija critério na escolha—maquinismos, ferralmental, produtos, matérias primas, etc.—o nosso Serviço de Informações poderá escolher em seu lugar. Diga-nos com precisão o que deseja.

SE pretende vender, poderemos auxiliá-lo na venda. Talvez encontremos o comprador que lhe convém, pois trabalharemos para o conseguir. Dirija-se ao nosso Serviço de Informações.

PARA a expansão da *Portugal Colonial*, o nosso interesse é servir com meticulosidade e isempção os seus leitores. O nosso Serviço de Informações quer ser o seu agente de confiança.

TODOS os pedidos de informações sobre a praça de Lisboa devem vir acompanhados da importância de Esc. 6\$00 ou seu equivalente em moeda local, para despesas de expediente, e ser dirigidos à Administração da Revista *Portugal Colonial*—Serviço de Informações—Rua da Conceição, 35, 1.º, Lisboa—Telefone 2 4253—Telegramas «Minerva».

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Crónica do mês

Cultura estrangeira

MUITAS são as toneladas de escritos em letra de fôrma que a França exporta, com lucrativa regularidade, para todo o mundo que lê francês, e por meio dos quais faz a propaganda do seu prestígio entre as nações e procura manter intacta a influência espiritual que a esse prestígio se faz mistar. Digamos à puridade que a sua política é frutuosa porque meio mundo para além das Gálias, embora nada lhes deva racialmente, pensa em francês, sempre em dia com o último figurino, tal qualmente como é hábito vestirem-se as donas que usam casquilhar por todas as esquinas do bom-tom.

Industrializada com inegável finura a arte de tafiar ideas para exportação, como a de transformar mulheres em artificiosas bonecas, tão perfeitamente organizado está o negócio, que a mercadoria tem ensanchas para levar de roldão, ao cruzar fronteiras, as alfândegas que o bom-senso e o brío nacionais dos países de tão bizarra vassalagem tentem opôr à invasão.

Assim correm mundo as ideas fabricadas «em série», como agora se diz, «made in France» para todos os usos e aplicações. Os povos que não sabem ou não querem pensar, por manifesta indolência mental, compram-nas e vestem-nas, a lroço de uns tantos francos por volume, «contre-remboursement».

Na verdade, o cérebro da França é hoje o grande algibebe de certas zonas do pensamento europeu. O hábito e a comodidade fizeram do consumidor estrangeiro um cliente sem exigências.

Pouco se lhe dá que a véstia fique curta de mangas ou estale pelas costuras: é chique porque veio de França e o figurino é genuinamente «Rue de la Paix»...

Esta escravidão voluntária da inteligência colectiva de alguns povos tem produzido incalculáveis des-

troços no seu activo espiritual. O pior é que por entre esses destroços se perde e evola para sempre qualquer coisa de muito subtil e raro, esse «perfume» do espírito, peculiar a cada raça, e sem o qual as turbas se abastardam no razoitar implacável das ideas-chapas, sem carácter nem originalidade, fabricadas para uma clientela de todas as latitudes e ancestralidades, na total ignorância do seu pendor ou necessidades de espírito...

Assim se tem estancado em Portugal as mais puras fontes da lusa inteligência, para se dar livre vasão ao enxuro caudaloso da cultura francesa de exportação, tantas vezes sem valor nem probidade, tabelada caro, a tanto por volume, como apraz à ganância dos industriais do pensamento gaulês...

Desgraçadamente, o que ontem foi moda, é hoje vício de difícil extirpação.

É pena. É pena, porque assim se perde com o carácter da Raça um dos mais fortes esteios em que esta se poderia apoiar — a sua inteligência.

Para neutralizar os deletérios efeitos desta cultura unilateral que de nenhum modo se ageita nem à idiô-sincrasia nem às necessidades espirituais dos portugueses, poder-se-iam buscar em novos horizontes outros veios de cultura estranha. Do resultante equilíbrio de influências talvez que recuperássemos uma individualidade mental que vai desapatecendo e que, em boa verdade, bastante mingua nos faz!

... porque somos dos que pensam que, para Portugal e para os Portugueses, as melhores ideas ainda são as portuguesas e o melhor figurino, o lusitano.

¿Porque não tentar, pois, o grande esforço para que amanhã possamos manifestar o legítimo orgulho de pensar e proceder apenas — em português?

A. S.

Notas do mês

O Movimento Nacional Pró-Colónias

O Movimento Nacional Pró-Colónias alastra cada vez mais, conquistando em todas as regiões e todas as camadas sociais o espírito e o coração dos bons portugueses, que afanosamente se es-

tão organizando, com diferença de raças, tendo apenas um objectivo, a consolidação do Império Português, por uma cada vez mais efectiva união de todos os seus filhos.

São de tudo isto confirmação os comícios e outras reuniões que em Nova Goa e outras cidades da Índia se estão realizando, assim como a concentração de todos os Grémios de Angola na respectiva liga Nacional Africana e em especial as conferências patrióticas do Grémio Africano de Lourenço Marques, no interior de Gaza e em várias outras circunscrições e localidades, tais como

Ressano Garcia, Maputo, Manhica, Magude, etc., e a acção da Liga de Defesa de Moçambique.

O Movimento Nacional Pró-Colónias, está intensificando também os trabalhos preparatórios para a realização do seu *Programa de propaganda patriótica*, tanto em Lisboa como nas províncias e dos Congressos Nacionais dos Colonos da Raça Negra e dos nativos da Índia, Macau e Timor.

A inauguração oficial dessa propaganda celebra-se no próximo dia 27, com uma sessão pública na respectiva sede, sob a presidência do seu Presidente Honorário ilustre Agente Geral das Colónias, sr. tenente coronel Júlio Garcez de Lencastre, que será secretariado pelos srs. dr. António de Oliveira Maia, Francisco Pereira Martins, Marcos Bensabat, general Viriato Gomes da Fonseca, coronel António da Costa Campos, dr. José de Macedo, tenente Carlos de Noronha e Montanha, dr. Noronha e Castro, engenheiro Augusto Franco, Albino Forjaz de Sampaio, dr. Rita Martins, José Duarte Costa, capitão Justino da Silva Pombo, Alfredo Cândido, D. Helena de Lima, D. Matilde César, D. Aurea Monteiro da Graça e D. Celeste Marques, como representantes do Comité Central de Conciliação das Raças Portuguesas, do Directório da Junta Nacional Africana e das Comissões Femininas, Técnicas e de Propaganda Pró-Colónias.

A realização desta sessão suceder-se-á a comemoração da Abolição da Escravatura em Portugal e uma série de conferências que serão iniciadas pelo ilustre general Norton de Matos, que escolheu o seguinte tema: "Os indígenas de Angola."

O Comité Central de Conciliação das Raças Portuguesas vitorioso na última reunião os nomes do eminente homem público sr. dr. Armindo Monteiro, que proclamou seu Presidente Honorário Supremo, e dos grandes vultos da moderna história da colonização portuguesa, srs. General Norton de Matos, conde Penha Garcia, Henrique de Paiva Couceiro, general Viriato Gomes da Fonseca e outras individualidades que o honraram com a sua adesão, sendo volada por aclamação uma saudação à Sociedade de Geografia de Lisboa.

O mesmo Comité constituiu comissões especiais que irão às Colónias em missão de propaganda.

Foram feitos convites aos Grémios Regionais e Associações Económicas e Culturais para tomarem parte nas referidas manifestações patrióticas, muitas das quais já designaram os seus representantes.

A capital da Guiné

A Comissão Africana da Sociedade de Geografia de Lisboa ocupa-se actualmente da questão da transferência da capital da Guiné, de Bolama para Bissau, assunto que tem sido debatido em sucessivas reuniões, tendo deliberado expor à Direcção da Sociedade a sua opinião, ouvidos os depoimentos de todos os coloniais que bem conhecem as actuais condições da Colónia.

Boletim da Legislação Ultramarina Portuguesa

Sendo de grande vantagem para a administração colonial reunir numa só publicação toda a legislação de ordem colonial, quer o que o Governo da Metrópole, quer a que os governos ultramarinos dia a dia publicam, a Agência Geral das Colónias editará o Boletim da Legislação Ultramarina Portuguesa, que terá duas séries, na primeira—"Legislação metropolitana,"—serão insertos todos os diplomas publicados pelo Ministério das Colónias e todos os que, embora publicados por outros Ministérios, tenham sido mandados aplicar às colónias; "na segunda,"—Legislação publicada nos "Boletins Officiais,"—serão inseridas, pela ordem geográfica das colónias, todas as providências nelas tomadas e que hajam sido publicadas na 1.ª série dos seus "Boletins Officiais."

O Decreto que cria o Sub-Secretariado de Estado das Colónias

A grande acumulação de trabalho que as últimas reformas trouxeram ao Ministério das Colónias impõe com urgência que se restabeleça o lugar de Sub-Secretário de Estado para que não sofram atraso nem o expediente normalmente sujeito a decisão do Ministro nem o estudo e elaboração das reformas que estão na lógica do plano iniciado.

Nestes termos:

É restabelecido no Ministério das Colónias o lugar de Sub-Secretário de Estado das Colónias.

O Sub-Secretário de Estado das Colónias terá um secretário, lugar que poderá ser exercido por um funcionário do Ministério.

É da competência do Sub-Secretário de Estado das Colónias a decisão de todos os assuntos da competência do Ministro das Colónias que devem ser resolvidos por meio de despacho e não sejam exceptuados pelo Ministro das Colónias.

Fica o Ministro das Finanças autorizado a fazer inscrever no Orçamento Geral do Estado as importâncias necessárias à satisfação dos encargos que resultem da execução deste.

Um banquete de companheiros de guerra

Reuniram-se em banquete de confraternização, os oficiais de terra e mar combatentes do sul de Angola em 1914-1915, comemorando o dia em que o grosso das forças militares partiu para pouco depois iniciar as operações que terminaram pela ocupação dos territórios de além-Cunene, toda a rica região do Cuanhama.

Diversas

Em virtude do limite de idade dos funcionários coloniais ser agora de 55 anos, conforme determina a última reforma administrativa, vão ser aposentados vários funcionários das colónias. Em Angola já foram indicados 16 funcionários que se encontram nessas condições.

Foi nomeada uma comissão composta dos funcionários superiores de Fazenda, aposentados, Ernesto Espregueira Gois Pinto, Manuel José de Oliveira e Castro e Plínio Tinoco, do director dos serviços de Fazenda da colónia de Moçambique, Manuel de Assunção Leite Pinheiro, dos directores de serviços da contabilidade pública, João Apolinário Dias Ribeiro e Bartolomeu Diniz Soares, do major dos serviços de administração militar Alípio Ferreira e do capitão dos mesmos serviços João Viegas Jacinto, para estudar e elaborar no mais curto prazo de tempo, um projecto de novo regulamento geral de administração de Fazenda, a sua fiscalização, e de contabilidade pública do Império Colonial Português, tendo em atenção o disposto no artigo 149.º e seguintes da Carta Orgânica do Império e a nova divisão administrativa estabelecida pela reforma administrativa ultramarina.

Foi concedida autorização para serem executados os duodécimos da dotação descrita na alínea b, do artigo 4.º do orçamento do Ministério das Colónias.

Sob a presidência do sr. dr. Manuel Fratel reuniu-se o Conselho Superior das Colónias que se ocupou do pedido de concessão de 252.607 metros quadrados, 52 de terrenos no porto exterior de Macau, por arrendamento pelo tempo de 75 anos.

No interesse da ordem pública, da disciplina e da boa administração da justiça militar no Império Colonial, torna-se necessário providenciar de modo a poderem, em determinados casos, alterar-se as regras gerais de competência dos tribunais militares territoriais.

Se no interesse da ordem pública, da disciplina ou da boa administração da justiça militar do Império Colonial for conveniente que, em algum caso extraordinário, sejam alteradas as regras de competência dos tribunais militares territoriais prescritas nos art. 369.º a 372.º do Código de Justiça Militar, posto em vigor nas colónias pelo decreto n.º 12.393, de 27 de Setembro de 1926, o Ministro das Colónias poderá ordenar ao promotor de justiça militar no tribunal onde pender qualquer processo que, expondo os motivos da conveniência da alteração, requeira ao Supremo Tribunal Militar que designe outro tribunal militar territorial para tomar conhecimento do caso e julgar os acusados.

Foi publicada uma portaria a qual determina que para o corrente ano económico de 1935-1934 sejam abertos pelos governos coloniais os créditos necessários correspondentes às quantias que, em conformidade com as disposições legais em vigor, tenham de ser pagas ao pessoal ou quaisquer entidades que tenham direito a comparticipação em receitas arrecadadas pelo Estado, observando-se, em tudo que for aplicável o disposto no decreto n.º 23.417, de 28 de Dezembro de 1933.

Sob a presidência do engenheiro director geral do Ministério das Colónias, sr. Ernesto Navarro, reuniu-se o Conselho Superior de Obras Públicas e Minas das Colónias, que se ocupou dos pareceres relativos ao material de exploração do caminho de ferro de Benguela; sobre a criação da Comissão de Melhoramentos do porto de Bissau, que foram aprovados e apreciou o relatório do engenheiro director fiscal das obras do porto de Lobito.

Tendo sido nomeados por simples despacho ministerial em Fevereiro de 1918, alguns sacerdotes católicos para na qualidade de

capelães militares, irem prestar serviço de assistência religiosa às tropas portuguesas em operações em África e por conseguinte não abrangidos pelo decreto 16.443 de 1929, que reconheceu o direito à reparação que assiste a todos os portugueses que no cumprimento do serviço militar se invalidaram na defesa da Pátria, foi decretado que sejam considerados como tendo sido expressamente nomeados por decreto especial os sacerdotes católicos que seguiram para a África, mediante despacho do Ministro da Guerra, com o fim de, na qualidade de capelães militares, equiparados, prestarem serviço de assistência religiosa junto das tropas portuguesas em operações contra os alemães naquela colónia durante a Grande Guerra.

É aplicável às forças militares coloniais o regulamento de uniformes do exército metropolitano, aprovado e mandado por em execução pelo decreto n.º 22.336, de 18 de Março de 1933 (Ordem do Exército n.º 4, 1.ª série), com as alterações indispensáveis próprias dos climas quentes.

Determinou o sr. Ministro das Colónias que sobre as pensões e vencimentos dos funcionários coloniais a receber na Metrópole, quando as respectivas procurações sejam passadas ao agente geral das colónias, se cobrem as seguintes percentagens as quais darão entrada nos fundos próprios da Agência Geral:

Pensões ou ordenados até 300\$00.....	1/2 0/0
Pensões ou ordenados de 300\$01 a 600\$00	1 0/0
Pensões ou ordenados de 600\$01 a 1.000\$00	1 1/4 0/0
Além de 1.000\$00	1 1/2 0/0

O sr. Ministro das Colónias, está organizando o Conselho Superior de Disciplina das Colónias, que há-de funcionar no Ministério o qual será presidido por um distinto jurista, tendo como vogais o engenheiro sr. Ernesto Navarro, director geral dos Serviços Centrais, e o sr. Vieira Fernandes, Inspector Geral das Colónias.

Foi ordenado que, pelos governos de todas as colónias que ainda o não tenham feito, sejam elaborados os índices remissivos das respectivas pautas aduaneiras, tão minuciosos quanto possível, devendo a sua publicação estar feita dentro do prazo de três meses.

Segundo as declarações de Mr. Tineke na Câmara de Comércio de Niassalândia, parece que a indústria japonesa vai desembarcar automóveis no porto da Beira ao preço de quarenta e cinco libras por unidade — pelo menos assim no-lo informa "L'Esor Coloniale et Maritime,..."



Publicamos nesta mesma secção, no nosso número de Dezembro, uma informação, referente à Câmara Municipal do Lobito, em que se afirmava ter sido descoberto um desfalque na importância de 27.000 angolares.

Afinal o desfalque existiu apenas na inventiva do informador, para honra e lustre da C. M. do Lobito.

Para os devidos efeitos se faz esta merecida rectificação, muito folgando a Revista "Portugal Colonial", que assim tenha acontecido.

Cabo Verde

O 1.º tenente sr. Duarte Silva vai a Inglaterra, por proposta do sr. governador de Cabo Verde, para examinar detidamente o navio a vapor que aquela colónia pretende adquirir para o serviço de cabotagem entre os portos do arquipélago.

Em consequência da falta de navegação no porto grande S. Vicente de Cabo Verde, têm sido dispensados de serviço das companhias carvoeiras muitos empregados e trabalhadores, que vão ser empregados nas obras de fomento que o respectivo Governador ordenou.

Segundo notícias de Cabo Verde, na Ilha da Boa Vista têm morrido grande número de cabeças de gado devido a este ser atacado por um parasita venenoso, que está sendo estudado pela Pecuária daquele arquipélago.

As mesmas notícias dizem que a estiagem nas Ilhas do Fôgo, Boa Vista e S. Nicolau foi grande, sendo por isso as colheitas diminutas.

Segundo comunicação recebida de Cabo Verde, vão iniciar-se brevemente os trabalhos de arborização nas ilhas daquele arquipélago.

O sr. governador de Cabo Verde, comunicou ao sr. Ministro das Colónias que, em virtude da visita que anda efectuando às diversas ilhas do arquipélago, reconheceu a necessidade de criar mais alguns postos médicos, de protecção aos indígenas; intensificar o ensino primário, com o estabelecimento de novas escolas, algumas de artes e ofícios; e promover a arborização de várias áreas e uma maior eficiência aos serviços da lavoura, estabelecendo o crédito agrícola.

S. Tomé e Príncipe

Reuniu-se o Conselho superior das Colónias, que tratou do processo referente ao depósito de fundos pertencentes ao Cofre de Trabalho e Emigração de S. Tomé e Príncipe; e do projecto de decreto definindo as responsabilidades dos membros dos conselhos administrativos das colónias.

Foi determinado pelo governo de S. Tomé que o imposto individual indígena seja arrecadado em duas prestações, cada uma de 25\$00.

Angola

Segundo telegramas recebidos de Angola, foi organizada a estatística seguinte das estradas de Angola:

Total existente em 1918, 19.380 quil.; total construídas entre 1918 e 1926, 8.003 quil.; média anual entre 1918 e 1926, 1.000 quil.; total construído entre 1926 e 1933, 10.136 quilómetros; média anual entre 1926 e 1933, 1.448, quil.; total construído entre 1930 e 1933, 5.157 quil.; média anual entre 1930 e 1933, 1.719 quil.; ano de maior construção 1930-1931, 2.873 quil.

Em 1918-19 foram construídos 532 quilómetros; 1919-1920, 214; 1920-1921, 514; 1921-1922, 975; 1922-1923, 1.032; 1923-1924, 1.100; 1924-1925, 1.939; 1925-1926, 1.697; 1926-1927, 1.809; 1927-1928, 816; 1928-1929, 1.240; 1929-1930, 1.114; 1930-1931, 2.873; 1931-1932, 1.231; 1932-1933, 1.053.

Total das estradas construídas antes de 1918, 19.380; total das estradas abertas à circulação em Angola, 37.519.

Vai ser construída a 3.ª variante de caminho de ferro de Luanda.

Vão ser criadas granjas nas zonas e sectores sanitários, de assistência indígena para doentes indígenas internados nas zonas-enfermarias, em Angola.

A equivalência do franco-ouro para a percepção de taxas telegráficas nas colónias abaixo mencionadas é fixada, até determinação em contrário, respectivamente em:

Angolares	7,00
Mozambique	7\$00

O coronel médico sr. dr. Damas Móra que há muito vinha exercendo o lugar de director dos Serviços de Saúde de Angola, vai preencher a vaga últimamente aberta nos mesmos serviços em Macau.

O sr. dr. Damas Móra segundo nos consta está elaborado um circunstanciado relatório devidamente documentado relativo aos serviços de Saúde de Angola.

São isentos de direitos aduaneiros em Angola os mostruários que da metrópole e das colónias forem enviados com destino à exposição permanente de produtos do continente e das colónias que a Associação Comercial de Benguela projecta organizar na sua sede, Palácio do Comércio, Indústria e Agricultura do distrito de Benguela.

Segundo notícias de Angola, estão concluídos os postos de reprodução de gado bovino em Kumpata, Quiengues, Vila Ariaga e Culula. Também vão ser montados outros postos em Nova Lisboa, Benguela e em Malange, concorrendo assim para o desenvolvimento da pecuária em Angola.

Para esses postos vão ser adquiridos vários exemplares de reprodutores bovinos. Junto dos principais postos serão criados parques vacinogénicos para aplicação de vacinas no gado.

Foi confirmada a nomeação de Fernando de Oliveira Mouta, engenheiro da Repartição dos Serviços de Indústria e Minas da colónia de Angola — feita pelo conselho geral do Congresso Internacional de Geologia, como representante de Portugal na Comissão da Carta Geológica Internacional de África e das colónias portuguesas na Comissão do Mapa Geológico do Mundo.

Segundo telegrama recebido de Angola, parece assente que o príncipe George de Inglaterra na sua viagem à África do Sul desembarcará em Abril próximo em Silva Porto, indo depois em automóvel até Huambo, passando por várias povoações daquela colónia.

Em Huambo visitará a oficina de Lobitanga e as Missões. Em Cuando assistirá aos exercícios de metralhadoras feitos pelas companhias indígenas, seguindo depois para Ganda e Benguela, onde embarcará com destino ao Lobito, a visitar as obras do porto. Em Cassebal e Benguela visitará as plantações Corte real e as da Coemba.

No Lobito, onde estarão o aviso «Carvalho Araujo» e a canhoicira «Beira», ser-lhe-ão prestadas as honras tanto em terra como no mar.

Reuniu o Conselho Superior de Obras Públicas e Minas das Colónias para se ocupar da proposta de fornecimento de água e de luz eléctrica à cidade de Loanda.

O governo de Angola pediu ao sr. Ministro das Colónias para que os direitos de importação de sal angolano em Moçambi-

que, sejam os mesmos que estão estabelecidos para o sal da Metrópole, facilitando assim a sua colocação e contribuindo para o desenvolvimento da indústria na colónia.

• Foi criado em Loanda um Conselho de Administração de Águas e Luz, composto de três membros; um nomeado pelo governo da colónia, outro pela Câmara Municipal e outro pelas associações Comercial e Industrial.

• Foi determinado que seja aumentado o número de postos de assistência médica aos indígenas do interior, nas regiões onde existe a doença do sono, devendo ser guarnecidos com pessoal de enfermagem europeu.

• Foi superiormente autorizado que os exportadores do Lobo possam liquidar, no respectivo cais, os direitos de embarque e imposto de tráfego.

• Por iniciativa do governador do distrito do Bié, está em estudo uma grande vala de irrigação, que partirá dos rápidos do rio Congo em Chassiengo, destinada a irrigar uma vasta zona de terrenos entre a povoação de General Machado e o rio Cuanza, estando já elaborada a planta e o perfil dos primeiros vinte e dois quilómetros.

• Foi mandado proceder em Angola aos estudos de irrigação do Vale Bengo-Quanza para beneficio da agricultura naquelas regiões.

• Vai ser publicado um decreto mandando incluir na tabela anexa ao decreto n.º 20.260 que trata de abonos, concessão de licenças e outras regalias aos funcionários coloniais, a categoria de secretário de Juízo de Investigação Criminal do Corpo de Polícia de Segurança Pública de Loanda.

• Várias notícias recebidas de Angola, foram expulsos por três anos, para a Baía dos Tigres, dois indígenas, para o Forte Roçadas um, e para S. Tomé e Chiodo outros dois, acusados de exercerem antropofagia.

Moçambique

O governo da colónia de Moçambique comunicou que o conselho do governo tinha aprovado o projecto de orçamento, incluindo as alterações resultantes do aumento da receita na importância de 8.500 contos, sendo o total da receita geral de 296.369 contos e a despesa de 289.035 contos, havendo portanto um saldo positivo de 7.324 contos.

• Vários agricultores de Moçambique vão enviar ao governo uma representação, pedindo para serem modificadas algumas disposições do decreto n.º 11.994, que trata da cultura do algodão. Dizem que convém intensificar essa cultura, pois é um produto necessário à indústria metropolitana, que tem, para as suas necessidades, de o adquirir no estrangeiro, fazendo assim drenar para fora do país alguns milhares de libras.

• Segundo comunicação recebida de Moçambique, sabe-se que, devido aos beneficios concedidos pelo Ministério das Colónias à cultura e indústria de chá naquela colónia, uma e outra têm tido ultimamente um grande desenvolvimento, estando prestes a montagem duma fábrica provida dos maquinismos mais modernos, que permitirá produzir qualidades de chá que rivalizem com as melhores marcas estrangeiras.

• O sr. Ministro das Colónias, desejando que as inspecções aos serviços de fazenda das colónias sejam feitas com todo o rigor, como estão sendo executadas, e, reconhecendo que por falta de tempo, essas inspecções, não se podiam concluir, no prazo que havia sido estipulado, resolveu a bem do serviço público, prorrogá-lo por mais três meses para a colónia de Moçambique.

• Vai ser regulado o comércio de gado bovino na colónia de Moçambique. Por este diploma acaba-se com a expoliação feita ao indígena que especula com a compra e venda de rezes bovinas, sendo assegurado ao indígena um melhor preço para o seu gado.

• Foi proposta a criação de uma escola técnica na colónia de Moçambique que se denominará Escola Técnica Secundária de "Sá da Bandeira", destinada à preparação dos indivíduos de ambos os sexos que se destinam a exercer a sua actividade em qualquer dos ramos da indústria ou do comércio, na colónia. A escola terá um curso preparatório de dois anos de duração e os cursos técnicos: comercial, de construção, de agrimensura, de exploração de caminho ferro, telegrafo-postal e de máquinas.

• Logo que chegue ao Ministério das Colónias vinda de Moçambique, a proposta, a que já nos referimos, da Sociedade Aérea Comercial, Limitada, para o estabelecimento de linhas aéreas será essa proposta submetida à apreciação do Conselho Nacional do Ar.

• Segundo telegrama recebido de Moçambique sabe-se que a Rodésia Niassaland Airways pretende estabelecer serviços regulares de correio, passageiros e mercadorias entre Salisburg, Beira e Blantyre e Beira e que mais tarde se estenderá à Rodésia Norte. O governo inglês solicitou, em harmonia com o artigo 15.º da Convenção Internacional, o consentimento do nosso governo para o estabelecimento desses serviços, bem como para os aviões poderem aterrar em território português.

• De Moçambique pedem ao governo para se levar a efeito o prolongamento do caminho de ferro que tem o seu término em Marracuene (Vila Luíza) até à Manhica, a fim de servir várias regiões bastante férteis e para os produtores poderem enviar os seus produtos para o litoral.

• Segundo telegrama recebido de Moçambique o Conselho do Governo da colónia aprovou o diploma relativo ao aumento do imposto de consumo de alguns géneros e doutros impostos, calculando-se o aumento de receita em 8.500 contos.

• A Missão chefiada pelo capitão-tenente sr. Baeta Neves, que esteve em Moçambique a proceder aos trabalhos de triangulação ao longo do paralelo 15º Sul e que actualmente está procedendo na Comissão de Cartografia do Ministério das Colónias aos trabalhos de gabinete, voltará dentro de alguns meses para aquela colónia a fim de continuar os trabalhos de campo.

• A Comissão Urbana da Beira vai ser substituída por uma Câmara Municipal.

• O conselho de câmbios da colónia de Moçambique resolveu não conceder cambiais, para a importação de vários produtos que a colónia produza em quantidade suficiente para o seu consumo.

• Foi inaugurado o serviço telefónico entre Lourenço Marques e a Rodésia Sul, via Johannesburg, cujas expensões realizadas anteriormente haviam dado os melhores resultados.

• A brigada de estudos para a construção do caminho de ferro Tete concluiu os estudos até ao quilómetro 54.

• Passaram a ter classificação de primeira classe as circunscrições civis da Beira, Manica e Sofala, no território da Companhia de Moçambique.

• Foi concluído o reconhecimento sanitário das zonas consideradas afectadas de glosinas.

• Fundou-se um sindicato, composto de alguns residentes da Beira, destinado a financiar uma empresa que procederá a pesquisas de ouro nas serras de Chimanimani, na região de Vila Pery.

• Em harmonia com o despacho do sr. Ministro das Colónias foi elaborado por uma comissão para esse fim nomeada, um projecto de diploma legislativo relativo à criação duma nova zona de turismo em Lourenço Marques, projecto que vai ser enviado ao referido titular para resolver o assunto em definitivo.

• Acaba de ser criada em Moçambique uma Escola de Condutores militares de automóveis.

• As Câmaras Municipais da colónia de Moçambique, foi mandado inscrever nos respectivos orçamentos uma verba correspondente a 5% das suas receitas destinadas às despesas com a instrução primária na referida colónia.

Índia

Foram extintos os lugares de administradores dos concelhos Diu e de Damão, passando as suas atribuições para os Intendentes desses distritos.

• Foi apresentada ao governo da Metrópole uma proposta para ser criado em Nova Goa um Instituto de Radiologia para diagnosticos e tratamento pelos Raios X e radioterapia. As despesas para aquisição dos aparelhos foi calculada em 45.000 rupias, encargo que será dividido em partes iguais pelo Estado, Santa Casa da Misericórdia e Hospício de Nova Goa. Para a manutenção do Instituto estes dois organismos estão dispostos a contribuir com 6.000 rupias e o Asilo de Mapuçá, com 4.500.

• Vai ser publicado um diploma criando as Caixas de Crédito Rural na Índia.

Macau

Foi aprovado o orçamento da colónia de Macau pelo respectivo Conselho do governo, orçamento que o governador vai mandar para a metrópole para ser aprovado pelo governo central.

• A Companhia das Águas de Macau, que recentemente inaugurou o serviço de fornecimento na cidade, está empregando os seus esforços para a conclusão dum novo reservatório, com a capacidade mínima de 100.000 metros cúbicos, que mais tarde poderá ser elevada a 200.000.

Timor

O governador de Timor, pede sementes seleccionadas de algodão cuja cultura vai mandar fazer no campo experimental.

• Foi determinado que o governo de Timor abra um crédito especial destinado à liquidação ou pagamento das despesas de 1932-1933, que não chegou a vigorar na colónia, e bem assim a primeira anuidade de pagamento da dívida da colónia à metrópole.

• O governador de Timor, sr. dr. Manso Preto, visitou há poucas semanas a nova circunscrição Liquiçá, hoje reunido à antiga circunscrição de Liquiçá, com o comando militar de Hatólia, dando nessa ocasião posse ao novo administrador. O sr. dr. Manso Preto

foi ali recebido pelo povo, acompanhado dos seus chefes, com manifestações de grande regosijo.

• O conselho do Governo de Timor aprovou a organização da nova companhia de caçadores, diploma que vai ser submetido à aprovação do Governo central, devendo entrar em vigor no dia 1 de Julho próximo.

• O governador de Timor comunicou que tendo sido aprovada a reorganização do ensino primário e secundário naquela colónia é de presumir que venham a ser construídas umas 100 escolas primárias, uma escola agrícola e uma escola de Artes e Ofícios.

O conselho do governo da colónia aprovou uma proposta para que o Liceu ali criado passe a ter cinco classes, tendo votado por unanimidade que lhe fôsse dado o nome de «Dr. Armindo Monteiro».

• Segundo telegrama recebido do governador de Timor, esteve em Dili em visita oficial, o almirante Berthelot, comandante em chefe das forças navais francesas no Extremo Oriente, embarcado no aviso «Dumont-Durville», tendo sido recebido com tôdas as honras.

O governador ofereceu um passeio a tôda a officialidade a Maubara e Liquiça, realizando-se nesta última localidade o «lunch».

O almirante por seu turno, ofereceu-lhe no mesmo dia um jantar a bordo.

No dia seguinte o sr. dr. Manso Preto, realizou em honra do almirante, uma caçada aos veados nos campos de Tibor, em que tomaram parte os officiaes de bordo do aviso e ofereceu-lhes um almoço, ao qual assistiu o Bispo de Macau e Timor.

A bordo houve uma festa oferecida pelo almirante e officiaes que decorreu muito animada.

O referido almirante também visitou a nossa colónia de Macau, onde igualmente foi recebido com tôdas as honras, tendo-lhe o Governador oferecido no Palácio do Governo um almoço a que assistiram os chefes dos serviços.

Depois visitou, em automóvel, a cidade, o Farol da Guia e a Gruta de Camões e á tarde o Governador ofereceu-lhe um chá.

• O governo da colónia proibiu a exportação de ouro em barra e em obra, para evitar a exportação de capitais que estava sendo exercida por pessoas que adquiriam ouro aos indigenas.

• Atendendo ao que representou o governador da colónia de Timor na referida colónia, o artigo 5.º do decreto-lei n.º 22.793, de 30 de Junho de 1933, entrará em execução em 1 de Julho de 1933.

Na colónia de Timor serão importados livres de direitos e demais impostos e adicionais os medicamentos encomendados pelos serviços de saúde antes da publicação do decreto-lei n.º 22.793, de 30 de Junho último.

Empréstimos coloniais

A Caixa Geral de Depósitos resolveu baixar de 7 para 6 por cento os juros dos empréstimos coloniais.

Cotação dos Produtos Coloniais no Estrangeiro

O Banco Nacional Ultramarino recebeu do «Anglo-Portuguese and Overseas Bank Limited», seu correspondente em Londres, as seguintes cotações, com data de 18 de Fevereiro corrente:

AMENDOIM: África Oriental.—O mercado está mais ou menos quieto não nos constando haver em Janeiro e em Fevereiro nominalmente vendedores, cotando-se o embarque a £ 8.12.6. por tonelada cif portos opcionais.

GERGELIM: África Oriental.—Também não há vendedores cotando-se a tonelada do branco e/ou amarelo cif portos opcionais a £ 10.2.0. O Mixto, nas mesmas condições, vale cêrca de £ 9.10.0.

SEMENTE DE ALGODÃO: África Oriental.—Mercado quieto cotando-se a tonelada, entregue fora do navio em Liverpool, a £ 4 3/4. A tendência é fraca.

RICINO: África Oriental.—Também não temos conhecimento de haver vendedores, cotando-se a tonelada cif Hull a £ 9.5.—, cif Antuérpia ou Marselha a £ 8.15.—, embarque durante Janeiro ou Fevereiro.

LINHAÇA: África Oriental.—Mercado fraco e inactivo, cotando-se a tonelada cif porto do Reino Unido a £ 10.15.—.

MAFURRA: África Oriental.—A semelhança das semanas anteriores nada há a reportar sobre este mercado. O valor nominal continua a ser o de £ 5.— por tonelada cif Marselha.

COCONOTE: Este mercado está mais activo mantendo uma

tendência apreciativa. Há vendedores de embarques durante Janeiro-Fevereiro e durante Fevereiro-Março a £ 7.16.3. com compradores a £ 7.13.9. Venderam-se algumas partidas com embarque durante Fevereiro a £ 7.16.6. por tonelada cif Liverpool.

OLEO DE PALMA: Mais ou menos firme mas com tendência irregular. Lagos, disponíveis, vendidos a £ 12.15.—, por embarque, vendedores a £ 13.5.—, brandos, disponíveis, digo, em viagem, £ 12.12.6. e para embarque a prazo £ 12.7.6. Médios, disponíveis, £ 14 e Sherbro Vermelho, para embarque, £ 13.15.—, por tonelada cif.

SISAL: África Oriental.—Este mercado tem estado bastante activo durante a semana e os valores, de um modo geral, appreciam, cotando-se a tonelada do N.º 1 f. a. q. (qualidade média regular) com embarque durante Março-Maio a £ 16.12.6., Abril-Junho £ 16 3/4, Maio-Julho £ 17.—. O N.º 2, também f. a. q., nas mesmas condições, vale cêrca de 10/— menos por tonelada e o N.º 3 cêrca de 25/—.

ESTOPA: África Oriental.—Mercado mais ou menos activo cotando-se a tonelada do N.º 1 f. a. q. cif a cêrca de £ 12.—.

ALGODÃO: África Oriental.—Se bem que a actividade dos compradores de Manchester não fôsse tão boa, em virtude dos preços mais elevados, a situação do mercado é relativamente boa. As indústrias textis de Lancashire estão bastante activas antecipando-se portanto a continuação da procura dos últimos dias que mostra uma preferéncia, na parte que respeita o algodão desta proveniência, para as variedades superiores e inferiores sem contudo mostrar interesse de maior para as médias. Fecho do mercado de Liverpool, em 17 de Janeiro de 1934:—Médio Americano (Padrão):—5.95; Janeiro 5.74; Fevereiro-Julho 5.73; Agosto-Setembro 5.74; Outubro 5.75; Novembro 5.76; Dezembro-Janero 5.78. por lb.

COPRA: Mercado mais fraco, colando-se a FMS de Moçambique, disponível, a £ 8.5.—, FMS Straits para Rotterdam, Janeiro, £ 9.8.9., Filipinas FMS £ 7.15.—, Ceilão, para 5 portos e com embarque em Fevereiro, £ 10. cif., FM Straits para Marselha £ 7.17.6. e Manila FM £ 7.7.6. cif.

BORRACHA: Se bem que a actividade não fôsse grande a tendência apreciativa mantém-se e os valores subiram por cêrca de 1/16d por lb. A imprensa continua a dar a público noticias mais ou menos contraditórias sobre a questão da restrição da produção, mas é de crer que qualquer cousa de definitivo seja feita dentro em pouco graças ao plano do Presidente Roosevelt de convocar umas duas conferéncias para estudar o problema. Fecho do mercado, em 17/1/34:—Fôlha de Plantação (Padrão):—Disponível e Janeiro 4 1/16; Março 4 1/4d; Abril-Junho 4 5/16 e Julho-Setembro 4 3/8 por lb. Movimento dos portos, na semana finda em 13/1/34:—LONDRES:—importação 1.748 toneladas, entregues 936—existência 37.478—LIVERPOOL:—importação 785, entregas 322—existência 51.897—contra 56.478 e 51.434 na semana anterior.

CACAU: Mercado mais ou menos firme, cotando-se para embarque:—São Tomé 24/— cif., Trindade 26/6 a 31/—; Superior da Baía 23/— cif., Época Aribba 38/— e Costa Rica 24/6d.

CAFÉ: Há uma boa actividade a preços regulares, notando-se uma preferéncia para as variedades superiores. Para embarques: Superior de Santos e N.º 7 do Rio 46/— e 40/— o cwt c & f.

MILHO: África Oriental.—Há compradores para o N.º 2 branco chato a 25/-d o quarter (480 lbs.) em sacos, embarque Janeiro-Fevereiro, mas em virtude da actividade dos compradores Sul-Africanos actualmente os vendedores nada oferecem aqui.

Seguros contra os estragos dos gafanhotos

Mais ou menos inefficazes todos os métodos até hoje postos em prática para o combate à praga dos gafanhotos—feito em geral com o dispêndio de somas formidáveis—as associações de plantadores da Rodésia do Sul estudam agora o modo de se compensar dos estragos produzidos pela terrível praga, organizando um sistema de seguros mútuos.

Pelo sistema proposto, cada segurado cederá uma parte da sua colheita de milho àquele cuja plantação tiver sido parcial ou totalmente destruída pelo flagelo. A cada segurado será previamente fixado um máximo de prémio a pagar. A fórmula apresenta-se bastante aceitável, embora represente um novo encargo para a produção. Os plantadores de tabaco desejam também organizar um idêntico sistema de seguros para as suas plantações.

ESTATÍSTICA

Devido a um atraso extraordinário na publicação dos boletins mensais da Direcção Geral da Estatística cujo número de Dezembro ainda não foi publicado, reproduzimos os elementos estatísticos já publicados no número de Janeiro de Portugal Colonial.

Oxalá que as causas que motivaram o atraso do Boletim Mensal de Estatística sejam prontamente removidas e esta utilíssima publicação volte a ter a regularidade e actualidade que são indispensáveis a publicações deste género.

Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914	1929	1930	193	1932		1933
	Julho	Índice-médio	Índice-médio		Índice-médio	Novembro	Novembro
LISBOA (cidade)	100	2.630	1.726	1.302	1.636	1.635	1.228

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em Outubro de 1933 (Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Sede).....	351.118	6.152.593	—	—	5.429.227	1.566.892
Banco do Comércio e Ultramar.	7.456	330.000	1.014.094	840.306	325.112	1.008.698
Banco N. Ultramarino (Sede)..	8.630.677	4.544.579	70.939.517	64.327.915	46.015.119	61.251.901

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Cotações dos géneros coloniais (Praça de Lisboa)

Géneros	Unidade	Cotações em (a)	
		1929	1933
		15 de Janeiro	15 de Novembro
Cacau fino.....	15 quilogr.	77\$00	(d) 32\$00
Cacau paiol.....	»	62\$00	22\$00
Cacau escolha.....	»	36\$00	16\$00
Café de S. Tomé, fino.....	»	(b) 210\$00	120\$00
Café de Novo Redondo.....	»	124\$00	53\$00
Café de Ambriz.....	»	123\$00	47\$00
Café de Encoje.....	»	116\$00	50\$00
Café do Cazengo.....	»	120\$00	50\$00
Coconote.....	»	33\$00	13\$50
Copra.....	»	42\$00	15\$00
Óleo de palma, mole.....	»	45\$00	(e) 21\$00
Rícino.....	»	27\$00	15\$00
Gergelim.....	»	34\$00	17\$00
Algodão.....	Quilog.	10\$00	—
Cera.....	»	16\$00	8\$35
Cola.....	»	6\$00	(f) 1\$50
Açúcar, rama.....	»	(c) 1\$70	(d) 1\$20
Milho.....	»	\$94	\$68
Coiros.....	»	15\$00	5\$80

(a) As cotações apresentadas representam a média nas datas indicadas ou na data mais próxima — (b) Cotação em 1 de Agosto de 1928 — (c) Cotação em 21 de Setembro de 1928 — (d) Não foi negociado — (e) 2.ª qualidade — (f) Em tambores.

Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas por Lisboa em Novembro de 1933

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	1933	1933	1933	1933
	Novembro	Janeiro a Novembro	Novembro	Janeiro a Novembro
Reexportação :				
Cacau	594,095	8.458,207	1.256,203\$00	21.552,879\$00
Café	1.179,951	3.642,241	4.222,561\$00	13.968,384\$00
Cera	117,770	1.062,886	770,320\$00	7.994,264\$00
Outras mercadorias	70,125	1.343,269	259,363\$00	2.484,606\$00
Total	1.961,941	14.506,603	6.508,447\$00	46.000,133\$00
Trânsito internacional :				
Cacau	—	71,797	—	193,700\$00
Café	964,300	2.255,548	2.942,100\$00	8.579,116\$00
Cera	3,035	262,920	23,500\$00	1.720,190\$00
Óleos de palma e côco	4,811	716,825	5,040\$00	783,730\$00
Outras mercadorias	386,472	3.001,661	536,700\$00	4.239,712\$00
Total	1.358,618	6.308,751	3.507,340\$00	15.516,448\$00

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas durante os meses de Janeiro a Novembro de 1933

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	Índia, Macau e Timor
Importadas das Colónias :						
Arroz	432,935	118,898	2.274,713	—	—	—
Açúcar	15.853,721	—	—	38.674,260	—	—
Café	3.239,075	20,549	—	730	207,579	635
Trigo em grão	7.629,266	—	—	—	—	—
Peles em bruto	662,835	21,382	174,276	98,479	—	—
Algodão em caroço, rama ou cardado	321,184	—	—	1.224,051	—	5,070
Sementes oleaginosas	5.885,662	1.703,993	20.072,478	1.449,782	3.977,946	—
Milho	—	—	—	—	—	—
Exportadas para as Colónias :						
Vinhos do Pôrto (decalitros)	7,195	349	451	10,910	404	3,189
» da Madeira	562	—	—	155	—	—
» comuns tintos (decalitros)	564,338	18,524	74,157	436,153	46,867	18,134
» » brancos (decalitros)	127,580	3,950	11,446	398,284	5,337	2,762
» licorosos (decalitros)	7,012	1,414	351	2,734	180	11,710
Conservas de vegetais	172,729	3,182	20,230	231,277	9,118	21,130
Sardinhas em salmoura	1,696	73	—	1,607	—	464
Conservas de sardinha	44,973	1,946	15,186	200,539	5,827	9,161
Conservas de peixe	2,028	—	847	14,162	264	—
Cortiça em rolhas	651	198	70	1,174	66	—

Do Boletim da D. G. E.

Acções de Companhias Coloniais

1933		Vencimento de juros ou dividendo	Último juro ou dividendo pago		VALORES	OFERTAS			
Máximo	Mínimo		Data	Quantia		15 de Dezembro		15 de Janeiro	
						C.	V.	C.	V.
—	30\$00	17-10-1927	1926	L. 14\$67	Agrícola do Cazengo	30\$00	—	—	—
115\$00	100\$00	25-6-1933	1932	L. 7\$00	Agrícola das Neves	67\$00	70\$00	76\$00	82\$00
105\$00	75\$00	11-3-1930	1929	L. 20\$00	Agricultura Colonial (Soc.)	66\$00	70\$00	65\$00	—
280\$00	190\$00	19-4-1933	1932	L. 11\$15	Açúcar de Angola	290\$00	295\$00	261\$00	263\$00
50\$00	20\$00	15-7-1929	1928	£ 0-3-2 2/5	Boror	—	—	—	—
12\$00	8\$50	—	1927	—	Cabinda	—	—	—	—
48\$50	41\$00	11-7-1929	1928	£ 0-0-0,6	Buzi—de 1 a 150.000 1. ^a Em.	41\$50	44\$00	42\$00	43\$00
46\$50	40\$50	11-7-1929	1928	£ 0-0-0,6	Buzi—de 150.001 a 300.000 2. ^a Em.	40\$00	—	—	—
18\$00	10\$00	1-4-1933	1932	L. 10\$00	Colonial de Navegação	—	—	—	—
154\$00	135\$00	18-4-1933	1932	L. 7\$00	Ilha do Príncipe	106\$00	107\$00	133\$00	135\$00
15\$00	10\$00	2-6-1930	1928-29	L. \$99	Zambézia—t. 25	—	—	—	—

GRUEN & BILFINGER

A. G.

Empreiteiros das obras do Pôrto do Lobito

O valor técnico de uma grande empresã construtora

GRUEN & BILFINGER A. G., é uma firma que não precisa apresentações nem réclames. Bastam as suas obras no pôrto do Lobito para atestar o seu valor e quanto ela pode fazer com a sua longa experiência de mais de 50 anos de honesta actividade, sólidamente reforçada com um grandioso número de engenheiros e pessoal técnico.

Para que se possa ter uma ideia de quanto vale esta poderosa Empresa, informamos que ela é sempre consultada para tôdas as construções, sejam de que natureza for, que se pretenda levar a

empregados. Para os estudos e elaboração dos projectos, assim como orientação de todos os trabalhos a seu cargo, possui uma importantíssima secção técnica e uma elite de engenheiros experimentados e especializados para cada género de construção. Além disso um serviço especial está encarregado dos trabalhos subterrâncos e de superestruturas, ocupando-se um outro das questões relativas às máquinas que são poderosas, moderníssimas e construídas de conformidade com a sua prática de muitos anos.



Armazem de 2 pavimentos do 1.º troço da 1.ª secção vista do lado da Baía-Lobito

efeito em qualquer parte do mundo. E porquê? Porque ela criou um nome, uma reputação sobejamente reconhecida, através de uma vida de trabalho insano e honesto, saindo-se maravilhosamente das colossais e dificultosas obras que tão justamente lhe são confiadas.

Ela não se poupa a dispêndios e assim vemos que, para manter os seus créditos e poder facilmente coadjuvar tôdas as construções que se tenha em vista, instalou em quasi tôdas as partes do mundo sucursais, como seja em: Lisboa, Berlim, Breslau, Colónia, Dresden, Essen, Francfort, Halle, Hamburgo, Hanovre, Lubeck, Munich, Atenas, Buenos Aires, Estocolmo, Salonica, S. Paulo, Sofia e muitas outras cidades. A sua sede é em Manheim (Alemanha), onde dispõe de vastos escritórios com um grande número de

Dedica-se esta Empresa, como já é de domínio público, à construção de:

Pontes, Caminhos de ferro, Estradas, Túneis, Metropolitanos, Sifões, Esgotos, Barragens, Centrais hidro-eléctricas, Desaterros, Dragagens, Desmontes de rochas, Represas, Canais, Portos, Estaleiros, Docas, Cais, Molhes, Sondagens e Instalações para purificação de água, Fundações por meio de ar comprimido, Caixões, Estacas em madeira, Betom armado, Tubulares, Ensecadeiras, Abaixamento do nível das águas do subsolo, Entrepostos, Armazens, Silos, Reservatórios, Edifícios industriais e Comerciais, Hospitais, Habitações, etc., etc.

Tôdas estas construções faz e tem feito a Empresa Gruen & Billfinger A. G.

A confirmar a fama e valor desta Empresa, temos a ponte sobre o Lille-Belt na Dinamarca, colossal e difficil obra semelhante à ponte que se pretende fazer sobre o Tejo (Lisboa), pela construção da qual foram feitos os maiores elogios em muitos jornais estrangeiros. Além d'êste formidável trabalho muitos outros há, como seja, 14 pontes sobre o Reno, diversas construções de portos, como por exemplo, os da Colónia, Suez, Borkum, Hamburgo e vários outros pontos. O aqueduto do canal "Mitteland", o viaduto sobre a garganta de "Hubertus" (Alemanha), instalações hydro-eléctricas sobre o Isar (Baviera), o saneamento da cidade de Salonica (Grécia), a captação e canalização de água na cidade de Sofia (Bulgária), os célebres metropolitanos de Berlim e Atenas, diversos túneis, galerias, edifícios comerciais e industriais, habitações e muitas e muitas outras construções.

As maravilhosas obras do pôrto do Lobito estão quasi no seu fim, devendo ficar concluídas no próximo mês de Julho de 1934. Está já uma parte do muro-cais em exploração, bem como os armazens construídos pela mesma Empresa que dão um aspecto imponente ao cais pela sua beleza e estética.

Para não perder o seu tempo, que para esta Empresa é ouro, está-se já procedendo ao encaixolamento do material e máquinas que vão ficando disponíveis para seguir para outra obra. Entre outras máquinas, notámos com desgosto, que o chupador já foi desmontado, sendo oportuno aqui dizer que é pena que não tivessem sido confiados a esta firma os trabalhos de atêrro dos pantanos dos Mangais, tão ansiosamente desejados por todos e que esta firma podia fazer dentro dum curto espaço de tempo em condições excepcionais que jámais se repetirão. Que se medite bem nisso e se aproveite esta esplêndida ocasião, pois que se está ainda talvez a tempo, ou então que se adquira a referida instalação, tanto mais que se diz que foi proposta a sua venda ao Estado.

Fala-se também que vão ser confiadas a esta Empresa as obras da ponte-cais de Luanda e outros trabalhos terrestres e marítimos, como por exemplo, a ponte de Novo Redondo. Oxalá que assim seja, não só pelo aproveitamento das máquinas actualmente ainda na Colónia, que permite executar todos os trabalhos em condições vantajosas para o Estado, como pela garantia que oferece o nome desta firma.



A propósito, publicaram há dias os jornais da metrópole a

seguinte notícia, enviada pela colónia de Angola, na qual se dá conta do encerramento dos importantes trabalhos da sua especialidade que naquela Colónia a firma Gruen & Billfinger A. G. executou com magnífico êxito, como era aliás, de esperar, considerada a longa prática que possui, de trabalhos de grande envergadura realizados em vários pontos do mundo:

Estão já concluídos o muro-cais e os armazens no pôrto do Lobito, estando a proceder-se agora ao assentamento das linhas férreas e encontrando-se já desmontados os respectivos maquinismos. Num telegrama enviado ao Ministério das Colónias pede-se a solução do problema relativo à construção da ponte-cais de Luanda, a-fim-de dar início aos respectivos trabalhos.



No Ministério das Colónias foi recebido um telegrama, a pedir a solução do problema relativo à construção da ponte-cais daquela cidade, a-fim-de se poder dar início aos respectivos trabalhos.



No pôrto do Lobito, concluiu-se a construção do muro-cais e dos armazens, e bem assim a desmontagem dos maquinismos utilizados para as obras. Está a proceder-se, agora, ao assentamento de linhas férreas.



É pena, realmente, que se não tome uma deliberação sem grandes delongas, no que respeita à execução de novas obras em projecto, como se referem as notícias acima transcritas, pois trata-se de obras de grande interesse para a Colónia, quer se destinem ao saneamento de terrenos pantanosos, quer se destinem à valorização dos portos de Angola, verdadeiras obras de fomento cujas despesas em poucos anos serão reembolsadas, com enormes vantagens, pelo considerável incremento económico que determinam nas regiões onde são realizadas.



Novo Cais em construção no Pôrto de Lobito

DA VIDA E DA MORTE DOS BICHOS

NOTAS DE CAÇA E SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA FAUNA DE ANGOLA

POR

TEODÓSIO CABRAL HENRIQUE GALVÃO ABEL PRATAS

Está à venda o 1.º volume desta obra:

I—ELEFANTES E RINOCERONTES

SUMÁRIO

I Parte—Como vivem os elefantes:

- I—Considerações gerais
- II—Habitat
- III—As vinte e quatro horas dum elefante
- IV—O elefante em sociedade... de elefantes
- V—A vida amorosa dos elefantes
- VI—O elefante e o homem

II Parte—Como vivem os rinocerontes:

- I—Considerações gerais
- II—O grande neurasténico
- III—A vida triste dos rinocerontes

III Parte—Notas de caça:

- I—O caçador
- II—A caça
- III—Narrativas
- IV—Guia do caçador

1 volume de 200 páginas com numerosas gravuras e uma carta venatória de Angola

EDIÇÃO DA «PORTUGAL COLONIAL»

ESC. 25\$00

Pedidos à "Portugal Colonial" R. da Conceição, 35, 1.º e à Parceria António Maria Pereira R. Augusta, 52, 56—LISBOA

PORTUGAL COLONIAL

REVISTA DE PROPAGANDA E EXPANSÃO COLONIAL

Director—ÁLVARO AFONSO DOS SANTOS

**Assuntos económicos—comerciais
agrícolas, industriais e financeiros.
Informações de todo o mundo colonial**

**AGENTES EM TODAS AS CIDADES ULTRAMA-
RINAS, MADEIRA, AÇORES, BRASIL, ETC.**

CONDIÇÕES DE ASSINAUTRA

Metrópole e Ilhas Adjacentes:

Avulso	3\$00
Semestre	18\$00
Ano	36\$00

Colónias Portuguesas e Brasil:

Avulso	4\$00
Semestre	24\$00
Ano	48\$00

ESTRANGEIRO (Ano)..... 60\$00